



Aceleração *Regional*

Perfil Socioeconômico do Município de Chapecó/SC

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local



Sarandi/RS

Dezembro de 2021

C837t Costa, Nilson Luiz Costa *et al.*
Perfil Socioeconômico do Município de Chapecó-SC / Nilson Luiz Costa, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Gabriel Nunes de Oliveira, Enio Giotto, Saionara da Silva, Andrei Giovani Maia, Nelson Guilherme Machado Pinto. - Sarandi/RS, 2021.
44 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - -
Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2021.

1. Capitalismo Consciente. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I. Costa, Nilson Luiz. II. Camfield, Claudio Eduardo Ramos. III. Nunes de Oliveira, Gabriel. IV. Giotto, Enio. V. Saionara da Silva. VI. Andrei Giovani Maia. VII. Pinto, Nelson Guilherme Machado.

CDU 338.1

Todos os direitos reservados por Sicredi Região da Produção RS/SC/MG.
Av. Sete de Setembro, n.1130 – 2º andar – Centro
CEP.: 99560-000 / Sarandi - RS



Sicredi Região da Produção RS/SC/MG

Conselho de Administração

Saul João Rovadoscki (Presidente)
André Luis Soares Balbi
Daniel Ribeiro dos Santos
Darlei Knob
Evandro Pedro Bernardi
Ivandro Adilio Machado Bertotti
Jose Carlos Benini
Leonardo Portolan
Maieri Stivanin
Roberto Tadeu Oliboni
Solani Cristina Gobbi Menegazzo

Conselho Fiscal

Alessandra Bazzi
Luciano Adalberto Henkes
Luciano Escobar
Ayrte Antoninho Blau
Débora Ribeiro Fernandes
Marcelo Giroto

Diretoria Executiva

Marcos Roberto Dorigon (Diretor Executivo)
Catiane Longhi Menin (Diretor de Operações)

Gerências da Superintendência Regional

Leandro Carlot (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Luana Schiefelbein Elicker (Gerente de Relacionamento)
Ricardo Enderle (Gerente de Ciclo de Crédito)
Ana Elisa Perusso (Gerente de Gestão de Pessoas)
Mauara Debona Pissatto (Gerente de Operações Administrativas)
Amauri Correa (Gerente de Desenvolvimento de Negócios)
Adiones Galiazzi (Gerente de Desenvolvimento de Negócios)



Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Reitoria

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência - FATEC

Jeferson de Souza Flores (Diretor-Presidente)
Alencar Machado (Diretor Financeiro)
Renato Zanella (Diretor Administrativo)

UFSM Campus Palmeira das Missões

Luiz Anildo Anacleto da Silva (Diretor)
Daniel Angelo Sganzerla Graichen (Vice-Diretor)

Departamento de Ciências Econômicas

Nilson Luiz Costa (Chefe)

Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (PPGAGR) – Mestrado Acadêmico

Tiago Zardin Patias (Coordenador)

Curso de Graduação em Ciências Econômicas

Carlos Gilbert Conte Filho (Coordenador)

Curso de Graduação em Administração

Claudio Eduardo Ramos Camfield (Coordenador)

Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio (NPEA-UFSM)

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.32.0003 Convênio 090/2020, UFSM/FATEC.

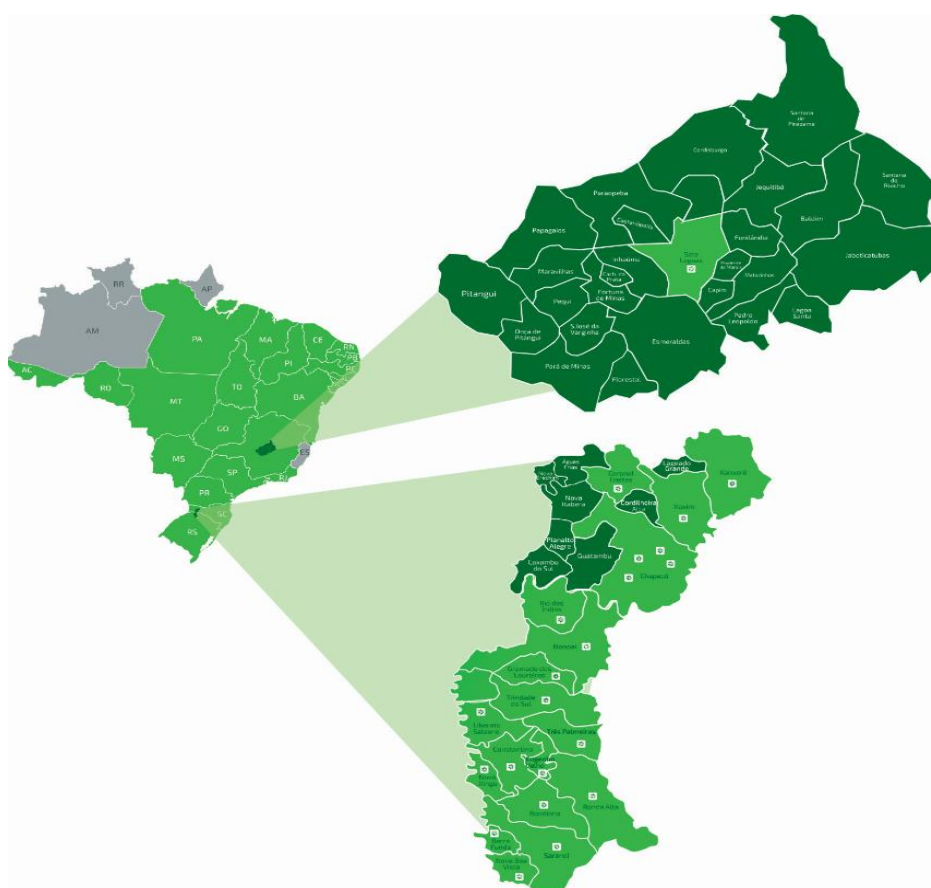
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ	7
2.1. Caracterização demográfica	7
2.2. Apresentação e análise da economia municipal	9
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial.....	9
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho.....	13
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária.....	17
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	27
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação.....	27
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil.....	28
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas.....	29
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal.....	30
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento	32
3. CAPITALISMO CONSCIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	35
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Região da Produção RS/SC/MG e o Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio (NPEA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas ao perfil socioeconômico dos municípios que estão na área de atuação da Sicredi Região da Produção, bem como os desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada local onde a cooperativa possui agência, no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina (Figura 1).

Figura 1. Área de abrangência da Sicredi Região da Produção RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Região da Produção RS/SC/MG.

Esta iniciativa coletiva e comprometida com o processo de fomento à reflexão sobre o desenvolvimento e ao capitalismo consciente foi construída em cooperação com os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores socioeconômicos.

Neste processo, a reflexão e a busca por novos conhecimentos, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor também são objetivos a serem alcançados.

Portanto, conhecer a realidade de cada município, bem como os níveis de desenvolvimento e a evolução econômica, social e ambiental podem subsidiar reflexões e proposições na área do desenvolvimento regional, local, inclusivo e sustentável.

Neste contexto, a presente iniciativa contempla o levantamento e análise de informações primárias e secundárias. As informações primárias serão obtidas através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios. As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, contidas neste Perfil Socioeconômico e Ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

Este relatório, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Chapecó/SC** e está dividido em quatro seções, sendo a primeira esta Introdução. Na segunda, apresenta-se a análise do Perfil Socioeconômico e Ambiental do município em questão. Na terceira seção o leitor poderá encontrar uma breve reflexão sobre as ações potenciais de desenvolvimento regional. Já, na quarta seção, estão apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla uma importante etapa para refletir, com base no Capitalismo Consciente a nas dinâmicas socioeconômicas locais, quais ações poderão ser implementadas para melhorar os níveis de desenvolvimento municipal e regional.

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Chapecó é um município do Estado de Santa Catarina. O nome do município vem de origem Kaingang com várias interpretações: 'chapadão alto', 'chapéu feito de cipó' e 'põe no chapéu' para nativos da língua. Segundo pesquisas feitas pelo Dr. Selistre de Campos, a palavra origina-se dos termos 'echa' + 'apê' + 'gô', que na língua dos nativos significa 'donde se avista o caminho da roça'. Os habitantes se chamam chapecoenses.

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Chapecó/SC (2020), a área do município é de 624,846km². Limita-se ao norte com Cordilheira Alta, Xaxim, Coronel Freitas; ao sul com Nonoai/RS e Erval Grande/RS; ao leste com Arvoredo, Seara, Paial; e a oeste com Guatambu, Planalto Alegre, e Nova Itaberaba.

O município está situado a 659 metros de altitude e tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 27° 5' 48" Sul, Longitude: 52° 37' 7" Oeste. Está localizado na região Oeste do Estado de Santa Catarina, a uma distância de aproximadamente 550 Km da capital do Estado, Florianópolis.

Chapecó foi emancipada por meio da Lei nº 1147, de 25 de agosto de 1917. O município foi instalado em 14 de novembro do mesmo ano, porém adotou várias denominações em decorrência de sua sede municipal, a qual foi estabelecido em Passo dos Índios (Chapecó), demais vezes em Xanxerê e Passo Bormann. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município tem sua sede localizada na vila de Passo dos Índios e foi constituído de 13 distritos: Passo dos Índios, Abelardo Luz, Barracão, Campo Erê, Caxambu, Cascalho, Faxinal dos Guedes, Guatambu, Mondaí, Itapiranga, São Domingos, Xaxim e Xanxerê. Ao longo do tempo alguns distritos ora foram agregados, ora foram emancipados. Em divisão territorial datada de 1-VI-1995, o município é constituído de 5 distritos: Chapecó, Alto da Serra, Figueira, Gôio-en, Marechal Bormann. Assim permanecendo em divisão territorial datada em 2003 (IBGE, 2020).

2.1. Caracterização demográfica

No ano de 2019, o IBGE (2020) estimou uma população de 224 mil habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 183,53 mil habitantes.

Conforme é possível observar na Tabela 1, cerca de 92% da população de Chapecó vive na zona urbana, fato que implica na predominância de atividades não rurais no município, como comércio, serviços e indústria. Quanto a população residente na zona rural, tem-se uma população masculina de 55% e uma população feminina de 45%.

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010

	Masculino		Feminino		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
Urbano	82.179	91%	85.934	92%	168.112	92%
Rural	8.448	9%	6.970	8%	15.418	8%
Total	90.627	100%	92.904	100%	183.530	100%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Do contingente populacional total (rural e urbano), cerca de 22% tem até 14 anos, 29% de 15 a 29 anos, 40% de 30 a 59 anos e 8% 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

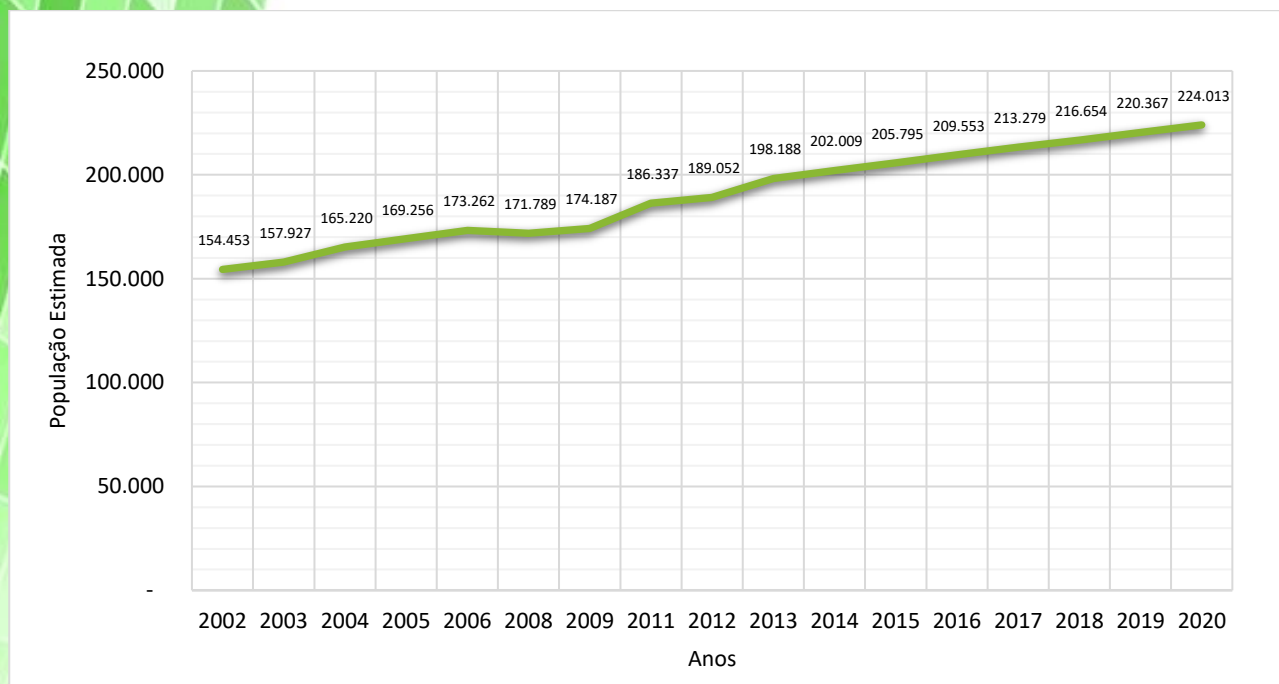
Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	20908	23%	20149	22%	41.057	22%
15-29 anos	26862	30%	27178	29%	54.040	30%
30-59 anos	36058	40%	37024	40%	73.082	40%
60 ou mais	6798	8%	8553	9%	15.351	8%
Totais	90.626	100%	92.904	100%	183.530	100%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Observa-se que mais de 70% da população, tanto feminina como masculina, enquadra-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho e que o contingente populacional do município apresenta uma forte tendência de elevação, como pode ser observado na Figura 2. Neste mesmo elemento gráfico, é possível observar que a estimativa de população passou de 154,4 mil habitantes em 2002 para 224 mil em 2020.

Figura 2. Evolução da população municipal: 2002 a 2020



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estima Pop (2020).

2.2. Apresentação e análise da economia municipal

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

Entre os anos de 2002 e 2014, o PIB Real do município de Chapecó apresentou clara tendência de crescimento, principalmente no setor de comércio e serviços. A partir de então, o PIB recuou até o ano de 2018, mas retomou o crescimento em 2017 e 2018.

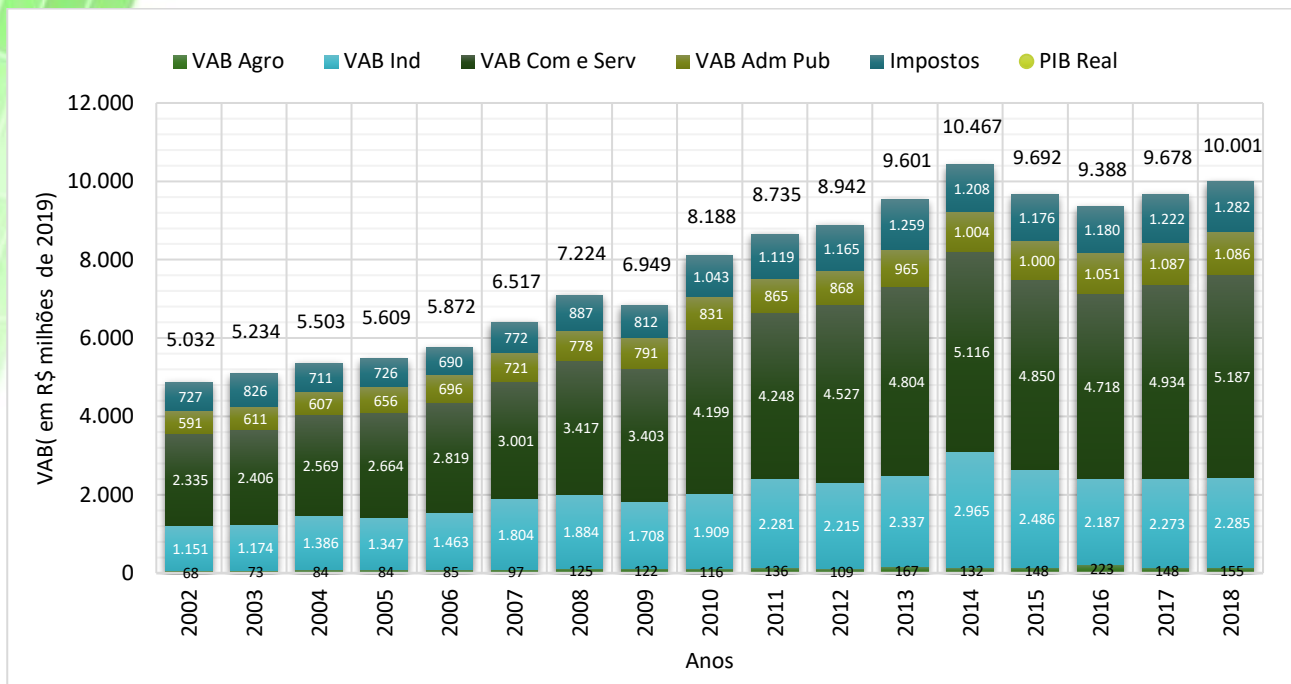
¹ De acordo com PESSOA (2017), “O Produto Interno Bruto (PIB) é o total dos Valores Agregados Brutos (VABs) dos setores primário, secundário e terciário mais os impostos. Esta é a principal medida do tamanho total de uma economia”.

² De acordo com PESSOA (2017), o Valor Agregado Bruto ou “Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região”.

³ Segundo Mankiw (2015), “o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média”.

Entre os setores que mais geram riquezas no município, em 2018, destacam-se: comércio e serviços (VAB equivalente a R\$ 5,187 bilhões); indústria (VAB equivalente a R\$ 2,28 bilhões); administração pública (VAB equivalente a R\$ 1,086 bilhão); e agropecuária (VAB equivalente a R\$ 155 milhões). O Valor Agregado Bruto do setor agropecuário foi inferior aos demais setores em todos os anos analisados, tendo o setor de comércio e serviços como principal fonte de riquezas do município, conforme é possível observar na Figura 3.

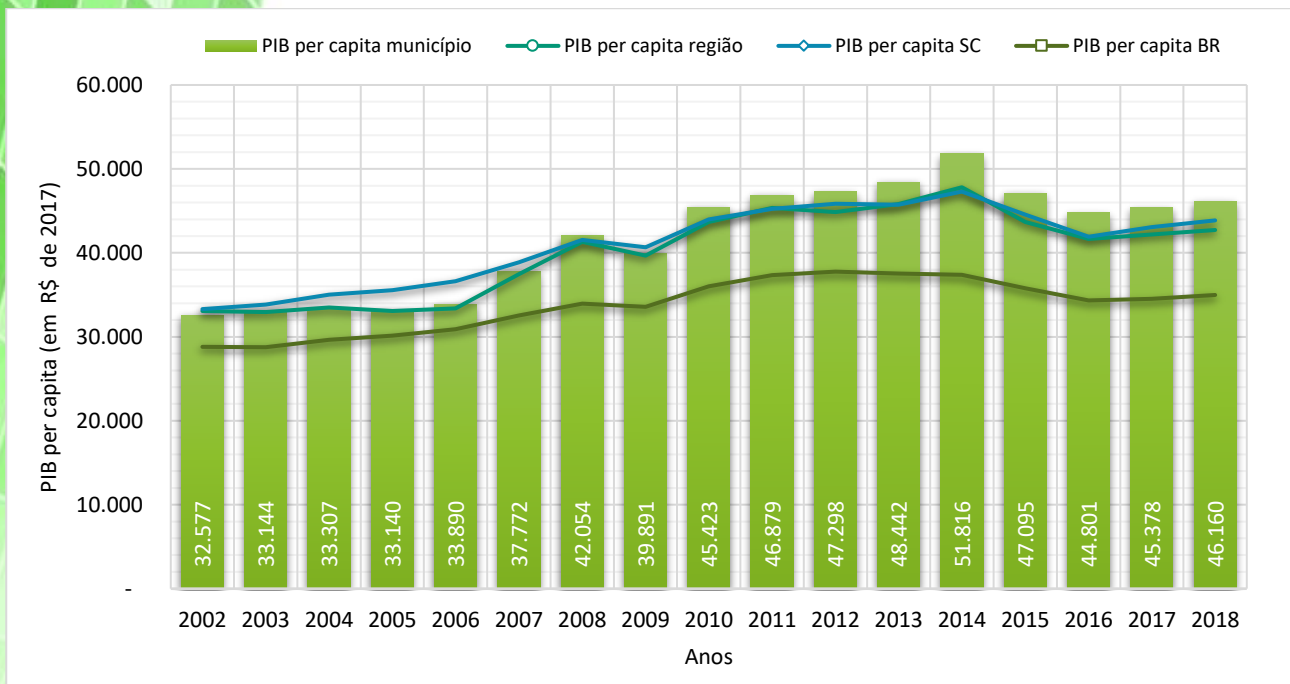
Figura 3. Evolução do Valor Agregado Bruto Real no município: 2002 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios (2020).

Na Figura 4 é possível identificar a evolução do PIB Real *per capita* do município, da região de análise e do estado de Santa Catarina. Considerando o início do período analisado até o ano de 2018, o PIB real *per capita* evoluiu de R\$ 36,577 mil para R\$ 46,160 mil, com um pico no ano de 2014 de R\$ 51,8 mil. Em Chapecó, a renda média por cidadão, dada pela divisão PIB Real/População Residente, é 8,08% superior à média regional, que foi de R\$ 42,709 mil em 2018, e 5,23% superior à média estadual, que se situou em R\$ 43,865 mil no mesmo ano.

Figura 4. Evolução do Produto Interno Bruto *per capita* do município, da região de atuação da Sicredi Produção em SC, do estado do SC e do Brasil: 2002 a 2018

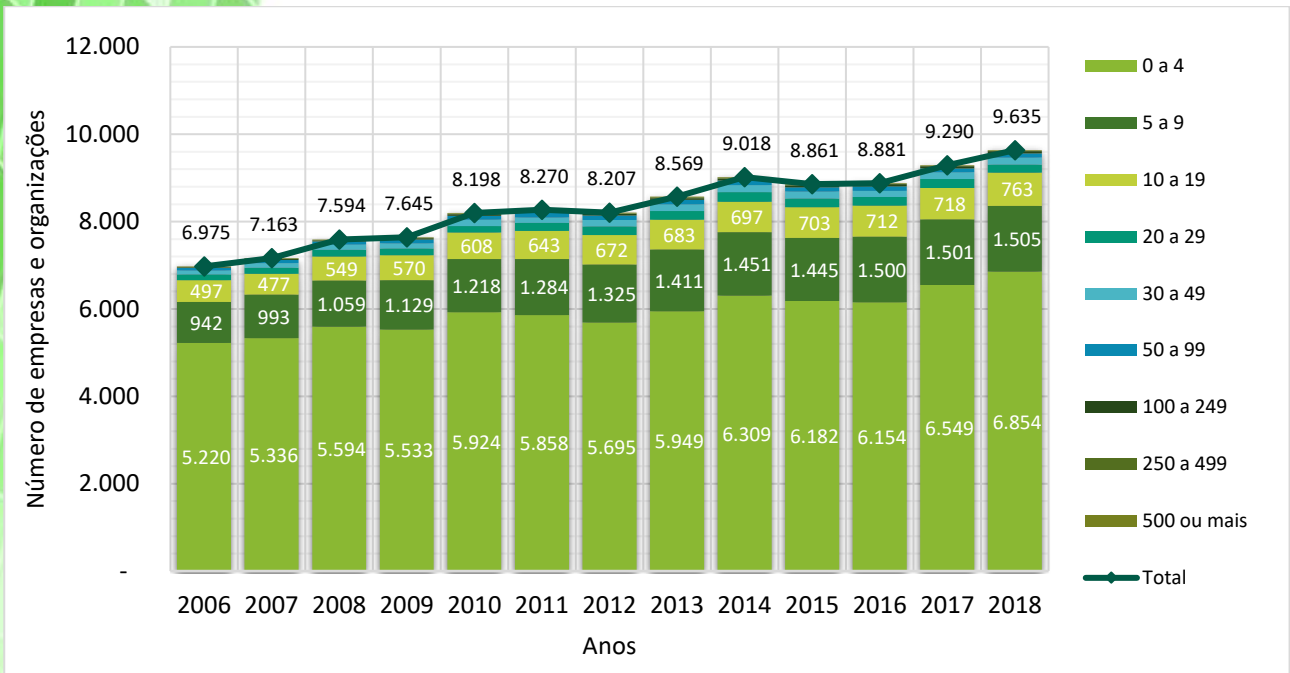


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios (2020).

A atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas e organizações que empregam de 0 a 4 empregados, que juntas representam 70,50% das empresas e organizações do município em 2017.

No período de 2002 a 2017, as empresas e organizações que empregavam de 0 a 4 empregados, representaram 71,13% do total de empresas e organizações cadastradas no município. Em 2018, 2.781 empresas e organizações empregavam mais de quatro funcionários, conforme é possível observar na Figura 5.

Figura 5. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2018

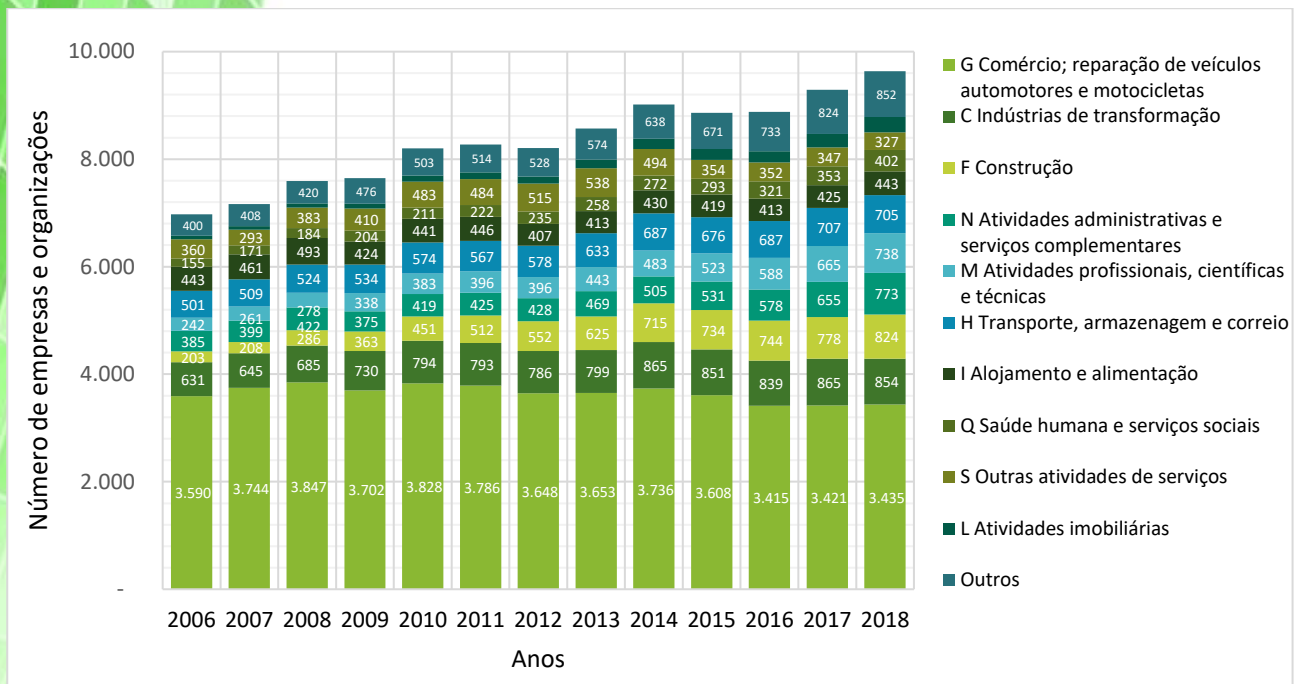


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2020).

O segmento de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas agrega o maior número de empresas e organizações (3.435 em 2018, equivalente a 35,65% do total), sendo possível observar um leve crescimento neste setor nos primeiros anos de análise.

Empresas dos ramos de: indústrias de transformação (854 em 2018); construção (824 em 2018); atividades administrativas e serviços complementares (773) também foram importantes neste período. Neste contexto, observa-se, a partir das Figura 5 e 6, que o número de empresas e organizações cresceu 38% no período analisado, passando de 6.975 para 9.635.

Figura 6. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2018



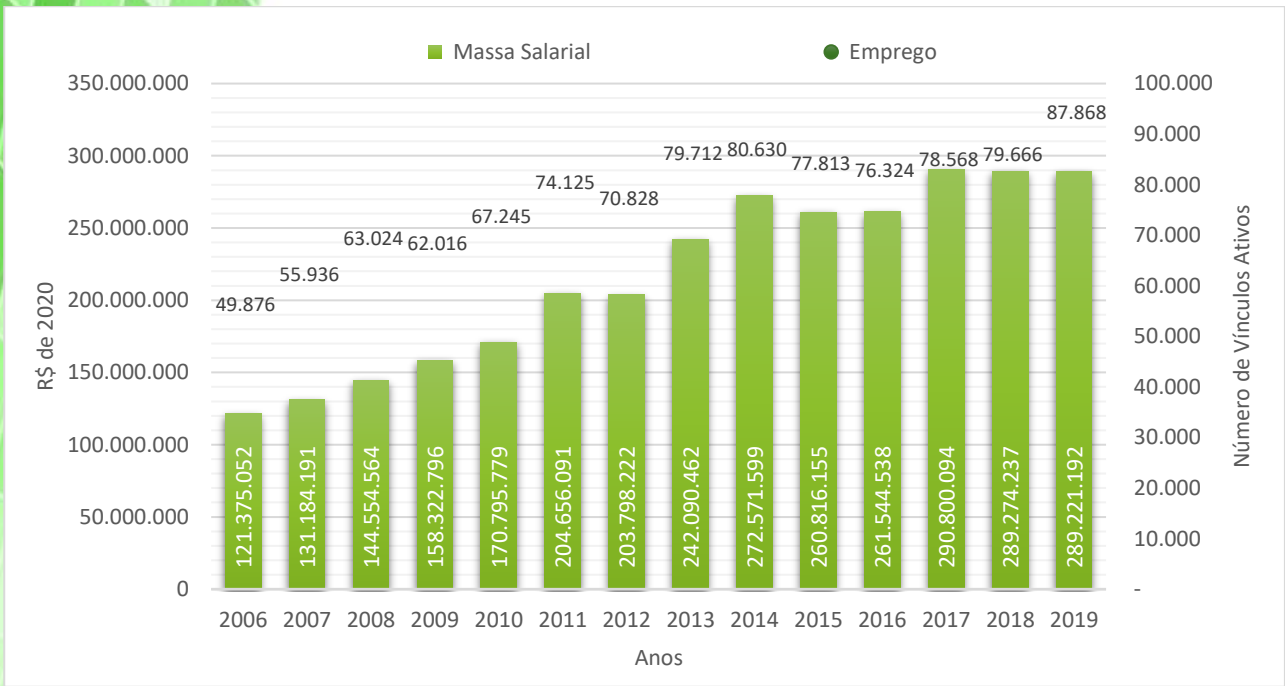
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Cadastro Central de Empresas (2020).

2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

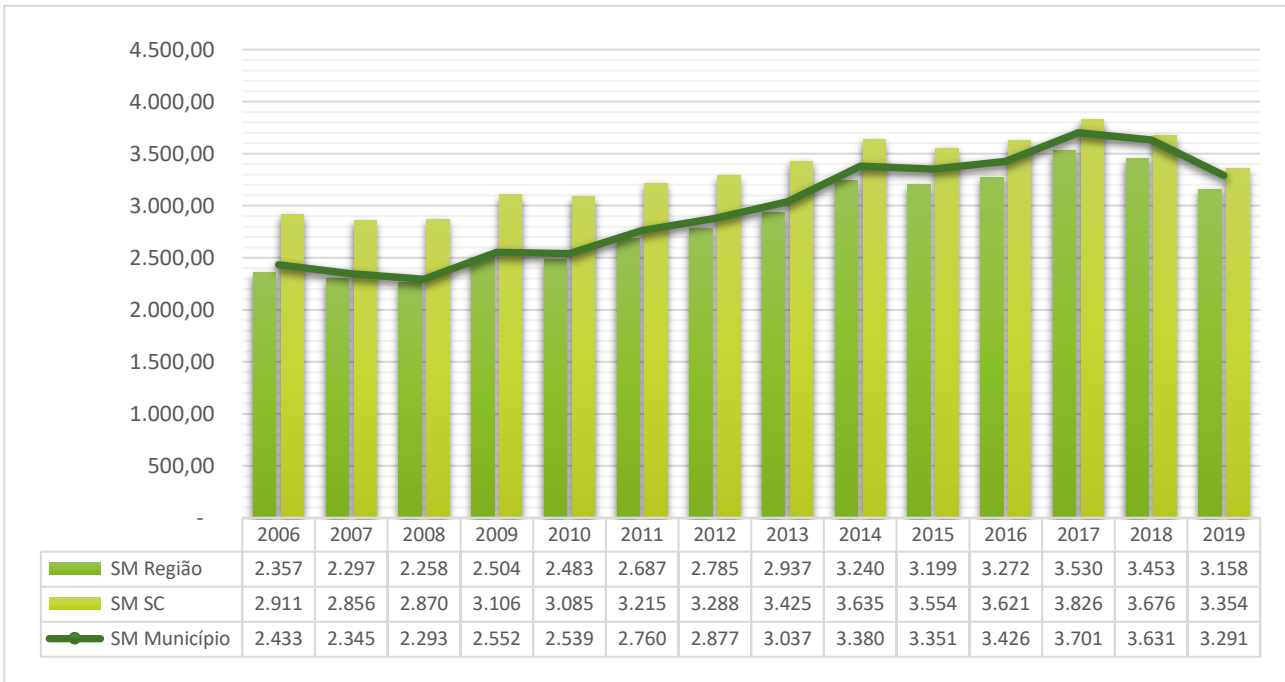
A partir da Figura 7, observa-se que entre os anos de 2006 e 2014 o número de empregos e a massa salarial cresceu em ritmo mais acelerado. Entre 2014 e 2019 o número de empregos formais passou de 80,6 mil para 87,86 mil e a massa salarial mensal evoluiu de R\$ 260,8 milhões para R\$ 289,22 milhões. Em tendência, a trajetória é crescente até o ano de 2019, último dado disponível.

Figura 7. Número de empregos formais e remuneração: 2006 a 2019



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

Figura 8. Remuneração média (em R\$ de 2020) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2019



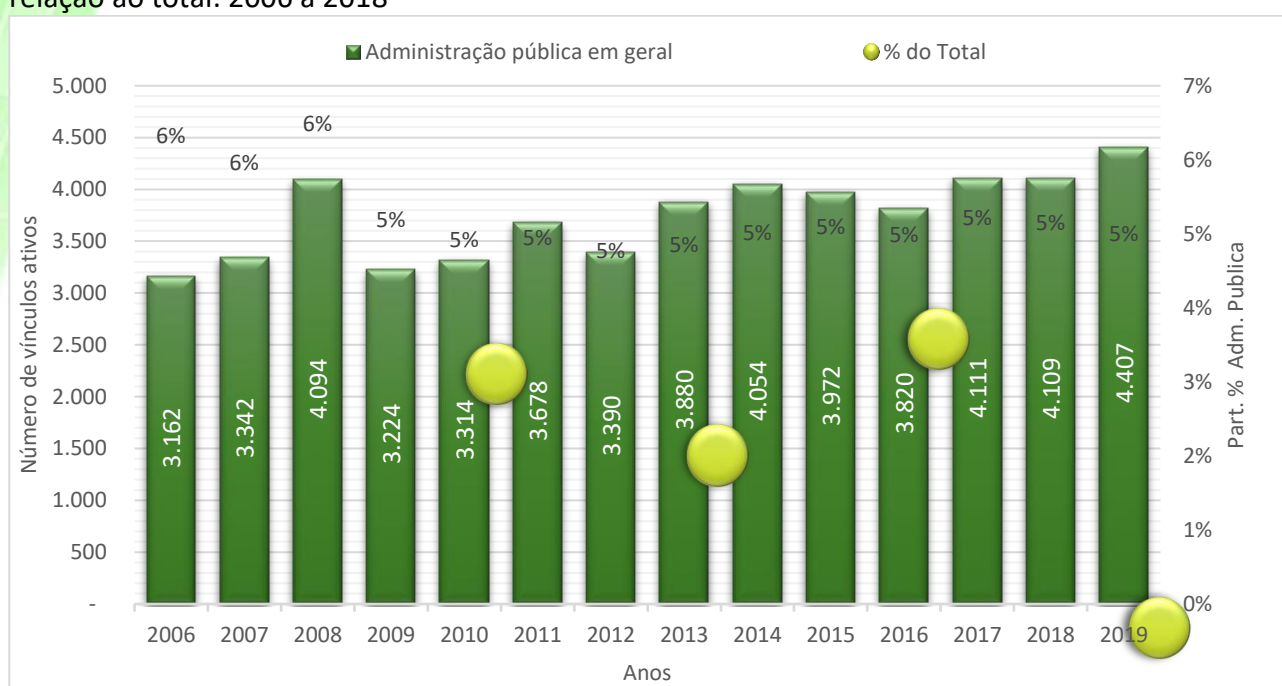
Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

Conforme é possível observar na Figura 8, o salário médio do município passou de R\$ 2.433,00 para R\$ 3.291,00 entre os anos de 2006 e 2019, tendo alcançado R\$ 3.701,00 no ano de 2017. Isto

mostra que a média de remuneração da mão-de-obra em Chapecó é superior à média da Região (R\$ 3.158,00) e inferior à média do estado de Santa Catarina (R\$ 3.354,00).

Na Figura 9 é possível identificar a participação do setor público no mercado formal de trabalho do município, a qual se manteve estável em praticamente todos os períodos analisados. Em média, cerca de 5% dos empregados do município estão diretamente vinculados ao setor público (atividades executivas e legislativas nas três esferas de governo; saúde pública, educação pública, segurança pública, administração pública).

Figura 9. Número de empregos da Administração Pública em geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2018

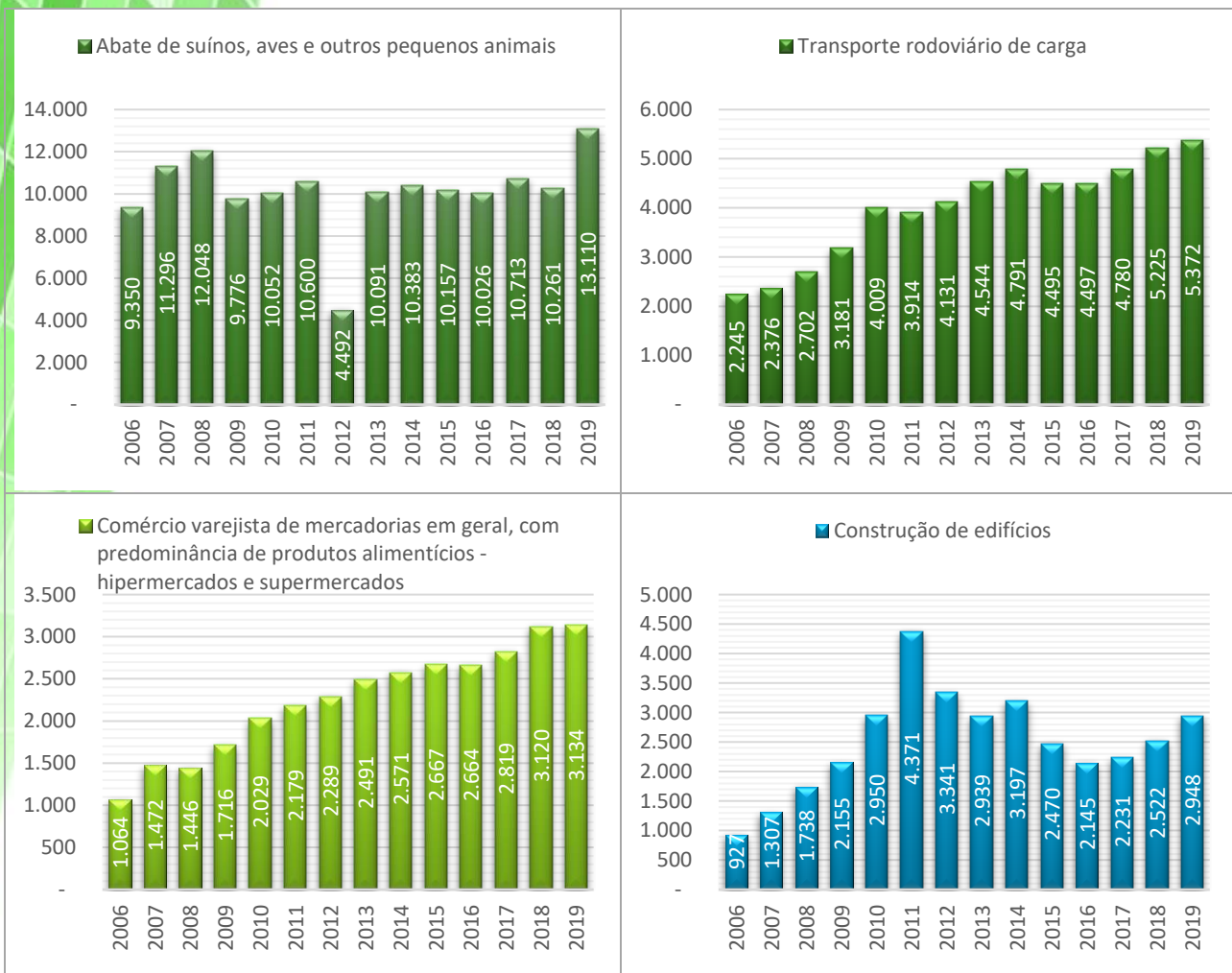


Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

Em termos absolutos, os empregos no setor público aumentaram 39,4% no período, iniciando em 2006 com 3.162 postos de trabalho e passando para 4.407 postos em 2019. Por outro lado, os empregos do setor privado aumentaram 78,7%, de 46,714 mil para 83,461 mil.

Com o objetivo de melhor descrever a alocação da mão-de-obra formal do município, apresenta-se a Figura 10, onde é possível verificar a estratificação pelas diversas áreas de atividade econômica.

Figura 10. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

Entre os segmentos que mais geraram novos postos de trabalho ao longo de 2006 e 2019, destacam-se: abate de suínos, aves e outros pequenos animais (13,1 mil empregos em 2019); transporte rodoviário de carga (5,37 mil empregos em 2019); comércio varejista de mercadorias em geral (3,13 mil empregos em 2019) e construção de edifícios (2,95 mil empregos em 2019).

Destaca-se o número de empregos no segmento de abate de suínos e aves cresceu 27,76% entre 2018 e 2019 e tende a crescer ainda mais nos próximos anos, dadas as condições mercadológicas internacionais. Já a atividade de construção de edifícios atingiu seu ápice em 2011 e, até 2016 mostrou-se em trajetória decrescente, mas a partir de 2017 parece ter entrado em leve curva de crescimento novamente. Os segmentos de transporte rodoviário de carga e o comércio varejista em geral vêm apresentando uma tendência de crescimento no número de empregos nos últimos anos analisados.

Igualmente, importante, com mais de mil empregos gerados, destacam as seguintes atividades empregadoras e o quantitativo de trabalhadores formais das mesmas em 2019: atividades de atendimento hospitalar, 2.011; educação superior - graduação e pós-graduação, 1.760; comércio de peças e acessórios para veículos automotores, 1.685; restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas , 1.715; educação superior – graduação, 1.105; comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção, 1.127; serviços combinados de escritório e apoio administrativo, 1.551; crédito cooperativo, 1.136; fabricação de produtos de carne, 1.065 e ; comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 1.237.

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades, onde 81,68% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 20 hectares) e concentram 40,42% da área. Observa-se ainda que 12,32% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 20,90% da área total dos estabelecimentos do município.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que cerca de 96,50% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam cerca de 68,96% da área dos imóveis rurais, conforme é possível observar na Tabela 3.

Tabela 3. Estrutura fundiária do Município: fev/2020

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	2.386	18.437,59	81,68	40,42
1-2	360	9.531,89	12,32	20,90
2-3	73	3.486,70	2,50	7,64
3-4	27	1.869,68	0,92	4,10
4-5	19	1.827,53	0,65	4,01
5-6	22	2.366,64	0,75	5,19
6-7	10	1.326,48	0,34	2,91
7-8	8	1.179,89	0,27	2,59
8-9	1	174,69	0,03	0,38
9-10	2	385,83	0,07	0,85
>10	13	5.026,45	0,45	11,02

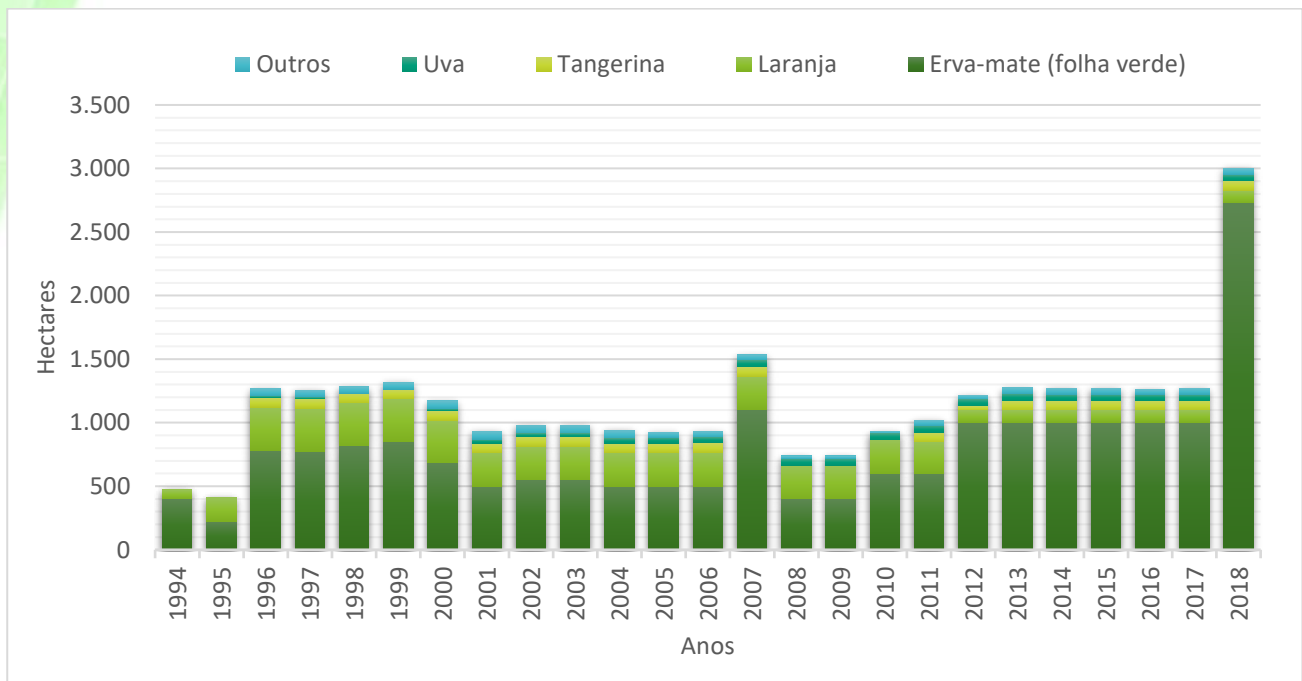
Total	2.921	45.613,36	100,00	100,00
--------------	--------------	------------------	---------------	---------------

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 48 hectares para culturas perenes e 18.145 para a lavoura temporária.

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2020), permite observar que a área colhida de lavoura permanente variou de 13 para 62 hectares no período 1994 - 2018. No mesmo período, as principais cultivares de lavoura temporária tiveram uma oscilação da área colhida de 17.200 para 34.162 hectares.

Figura 11. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

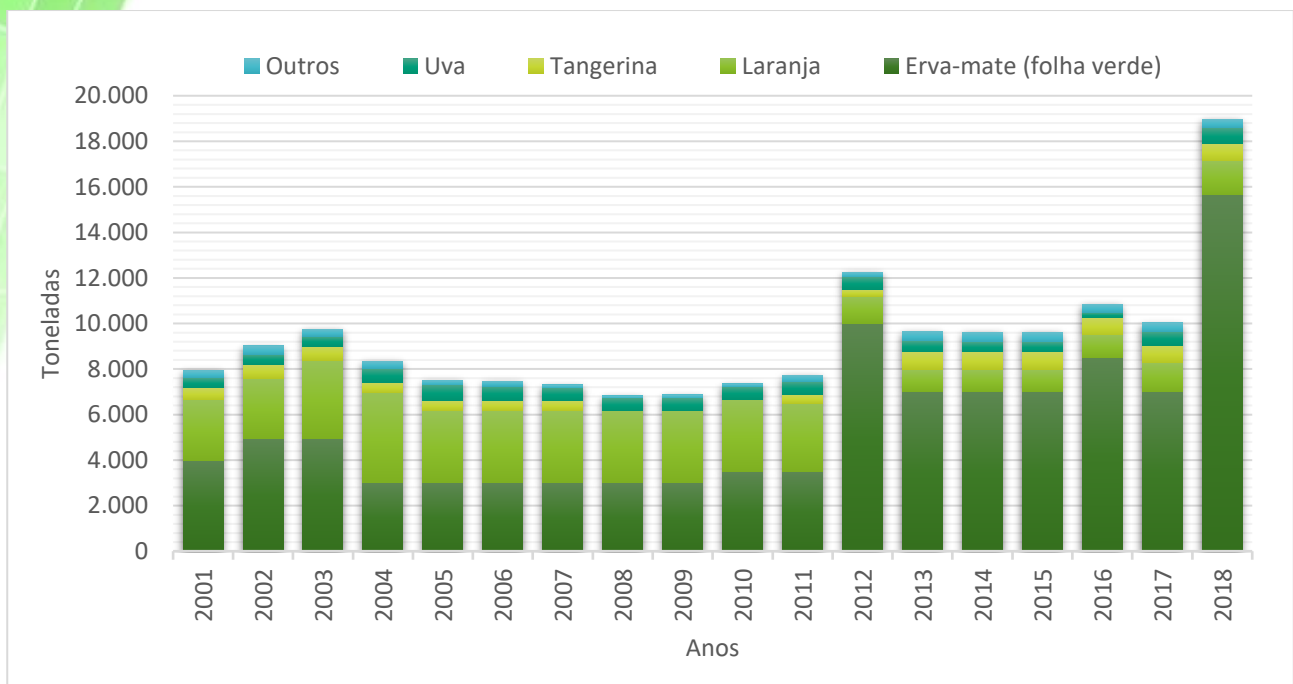
Nas lavouras perenes observa-se a concentração na cultura de erva-mate, com evolução de 400 hectares em 1994 para 2.729 hectares na área colhida em 2018. A partir de 2012 a cultura iniciou uma trajetória de aumento de área colhida, chegando em 2012 com uma área de 100 hectares de erva-mate.

A segunda cultura perene, em área colhida, é a laranja, que contou em 2018 com cerca de 100 hectares colhidos. Destaca-se que essa cultura teve oscilações com crescimentos e reduções entre

1994 e 2018. A cultura da tangerina é a terceira cultura perene, alcançando 75 hectares colhidos em 2018. A quarta cultura perene de destaque no município é a uva, que em 2018 apresentou cerca de 50 hectares colhidos.

Na Figura 12 apresenta-se a quantidade produzida de culturas de lavoura permanente no município. Neste sentido observa-se que as culturas de erva-mate, de laranja, de tangerina e de uva compõe a principal massa produtiva em se tratando de culturas perenes.

Figura 12. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente: 2001 - 2018



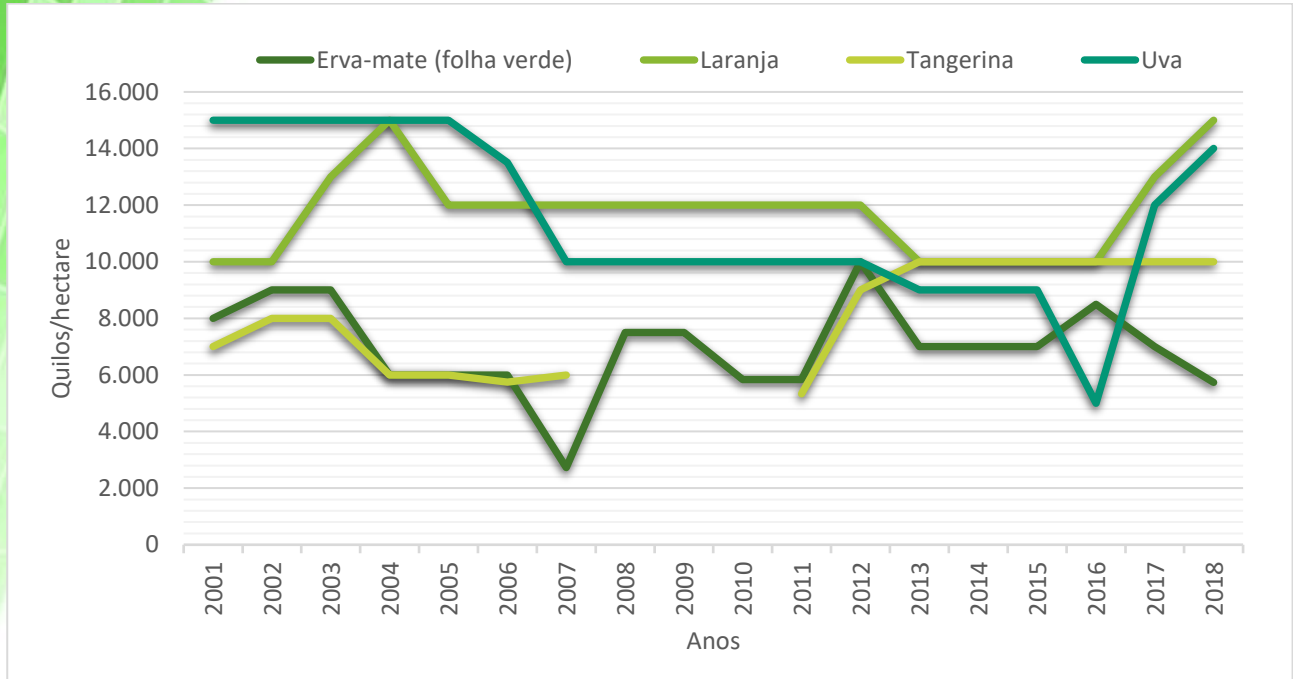
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Por se tratar da cultura mais relevante no município, denota-se que a produção de erva-mate alcançou seu maior valor em 2018 que foi de 15.645 toneladas. A produção de laranja foi de 750 toneladas em 2018. A Figura 12 também permite observar que o ano de 2018 foi o de maior destaque no período de análise, pois a produção da lavoura permanente chegou a 18,97 mil toneladas.

Na Figura 13 apresenta-se o rendimento médio da produção da lavoura permanente no município. Neste sentido observa-se que a laranja, a tangerina e a uva apresentam os principais valores de rendimento médio do município. Nos últimos anos de análise apresentam rendimentos superiores

aos demais, sendo o de laranjas de 15 toneladas por hectare, o de tangerina de 10 toneladas por hectare e o de uva de 14 toneladas por hectare no ano de 2018.

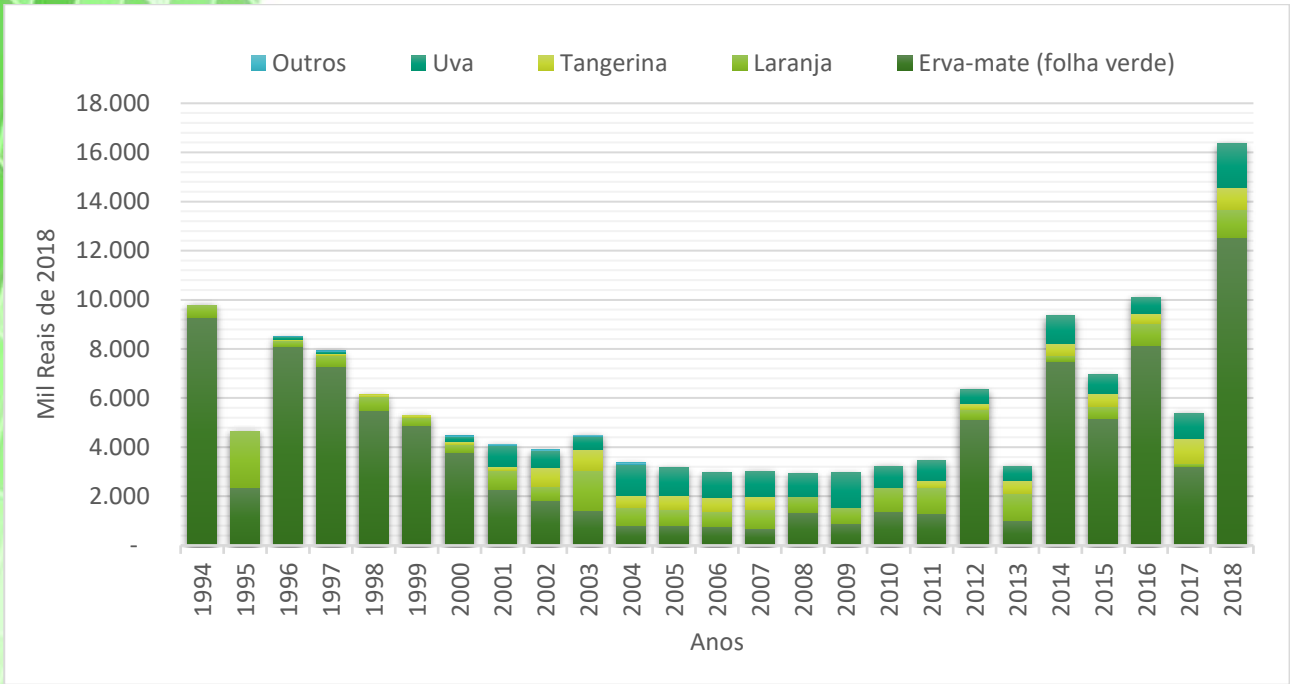
Figura 13. Rendimento médio da produção da lavoura permanente (quilos/hectare): 2001 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

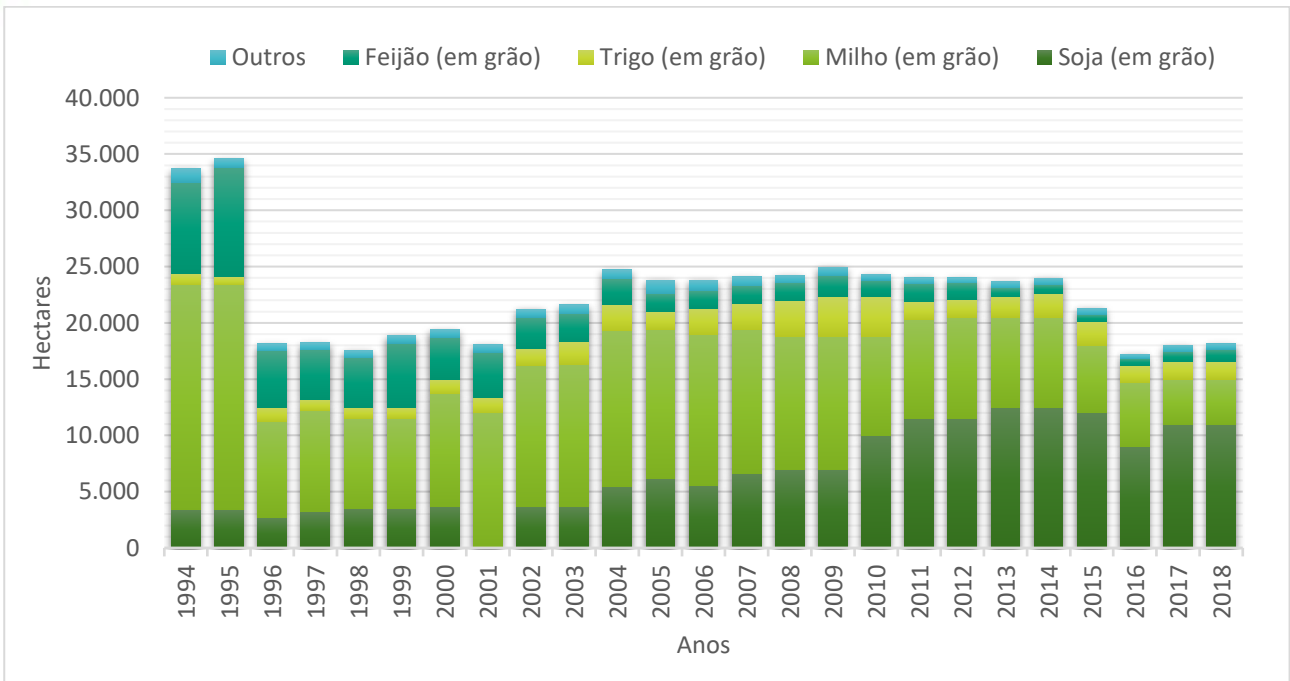
Pode-se observar na Figura 14 o comportamento do valor da produção da lavoura permanente deflacionado pelo IGP-DI, data base de 2018. Neste sentido, destaca-se que o valor da produção, teve um aumento substancial no último ano analisado e encerrou o ano de 2018 na casa dos R\$ 16,87 milhões. O valor da produção da erva-mate situou-se em R\$ 12,51 milhões no último ano da série analisada (Figura 14).

Figura 14. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Figura 15. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018



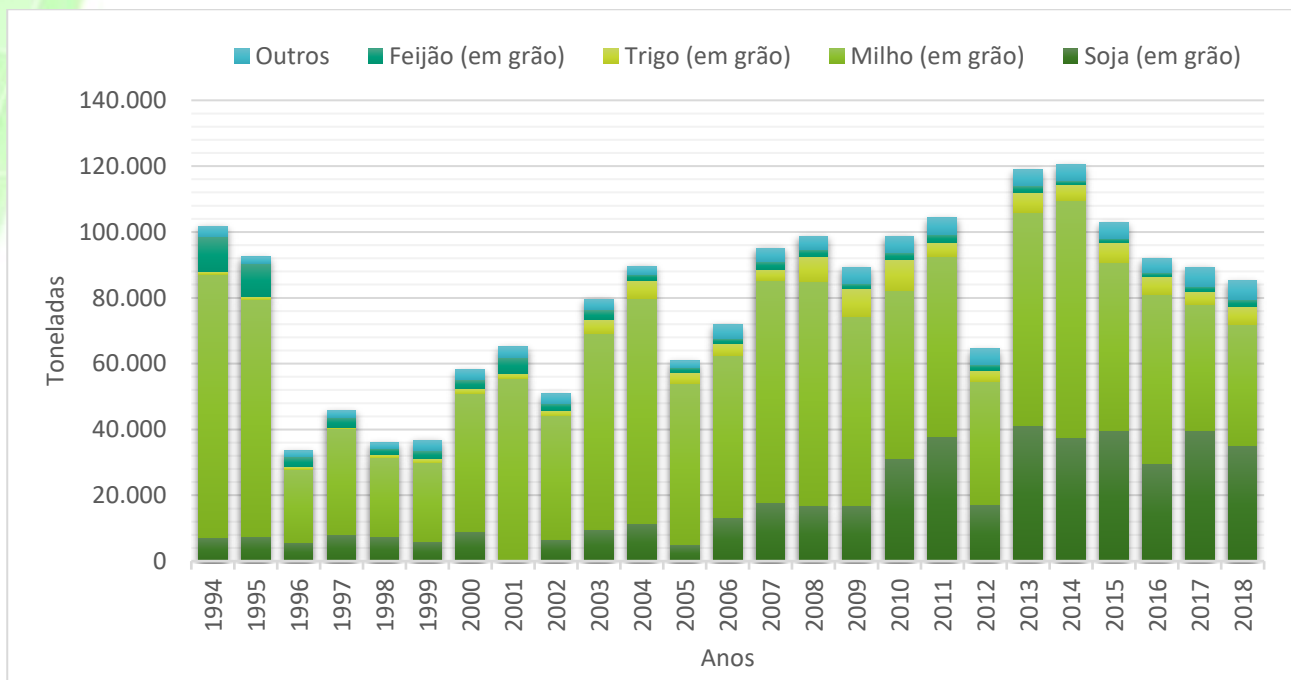
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar por meio da Figura 15 certa estabilidade na área das culturas analisadas a partir de 1996, com uma redução nos últimos anos analisados em

relação a 2014. Sendo que as culturas de soja, milho, trigo e feijão são as principais culturas temporárias em área do município, respectivamente.

Apresenta-se na Figura 16 a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. Nesta, é possível observar oscilações significativas no volume de produção das culturas em geral, com destaque para a cultura do trigo, que teve um aumento da produção de 486,67% de 1994 para 2018. A soja também apresentou aumento da produção de 1994 para 2018, o qual foi de 393%. Na comparação entre os extremos, observa-se que as culturas que tiveram maior redução da quantidade produzida foram feijão e milho, com redução de 78,55% e 54%, respectivamente.

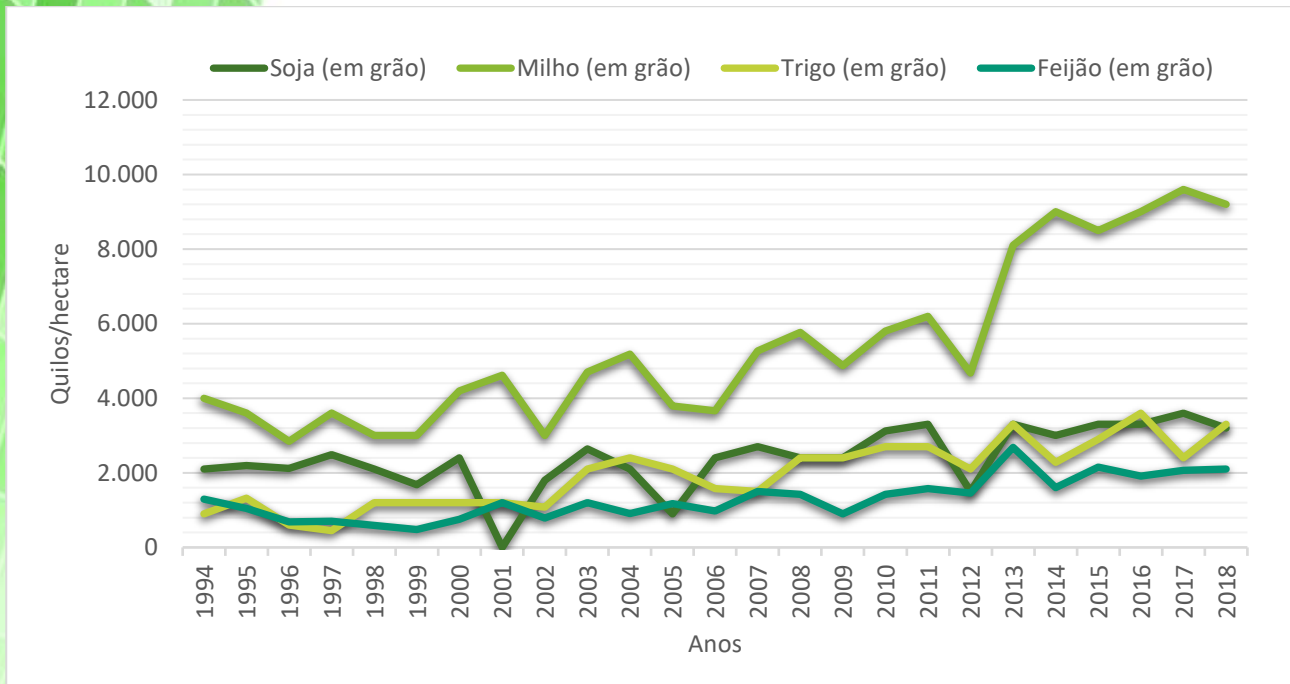
Figura 16. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Na Figura 17 apresenta-se o rendimento médio da produção da lavoura temporária no município. Neste sentido observa-se que a soja e o milho apresentam os principais valores de rendimento médio do município. Tanto a soja quanto o milho apresentaram os maiores rendimentos médios nos últimos anos. A soja, 3,2 toneladas por hectare em 2018 e o milho 9,2 toneladas por hectare em 2018.

Figura 17. Produtividade de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018



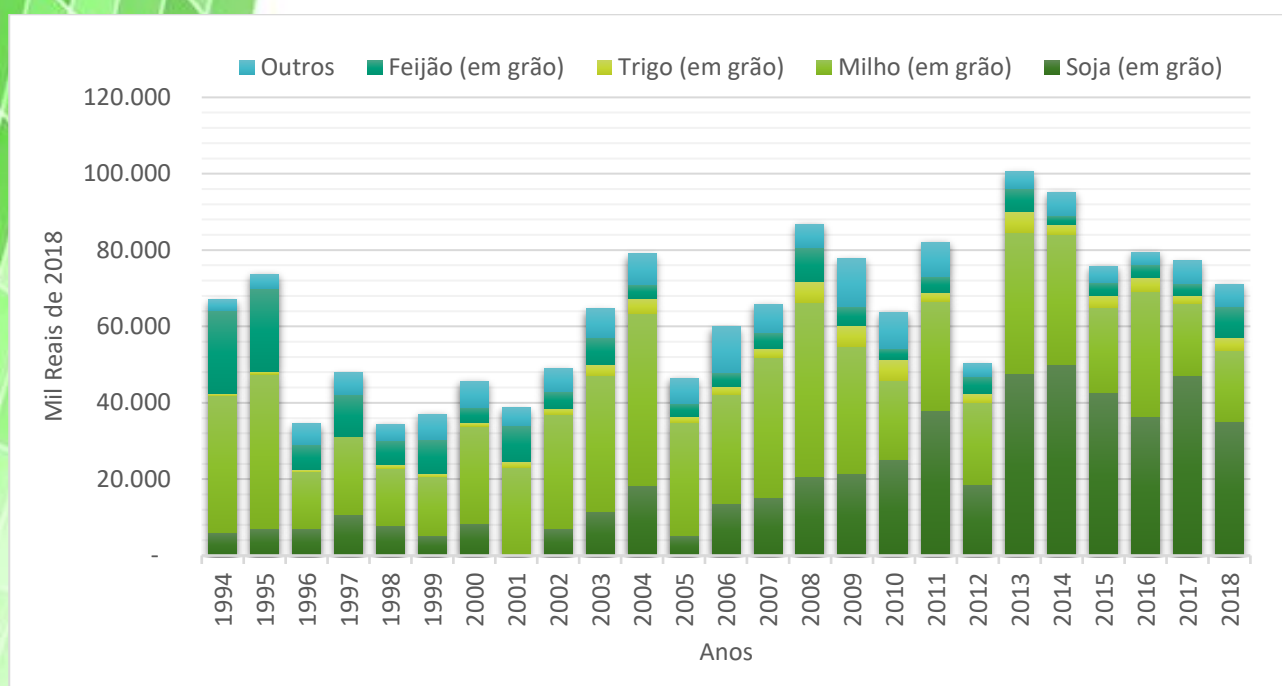
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Em termos reais⁴⁴, é possível observar a partir da Figura 18 que o valor global da produção da lavoura temporária já alcançou cerca de R\$ 100,588 milhões em 2013 e no ano de 2018 reduziu para R\$ 71,09 milhões.

Em 2018, a cultura da soja foi a que alcançou o maior valor de produção, fechando o ano em R\$ 35,20 milhões, valor muito acima das demais culturas.

A segunda cultura temporária em termos de valor da produção foi o milho, que fechou 2018 em R\$ 18,40 milhões. Em seguida, feijão (R\$ 8,08 milhões) e trigo (R\$ 3,48 milhões) que também constituem o mosaico da renda da lavoura temporária no município no ano de 2018.

⁴⁴ Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

Figura 18. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

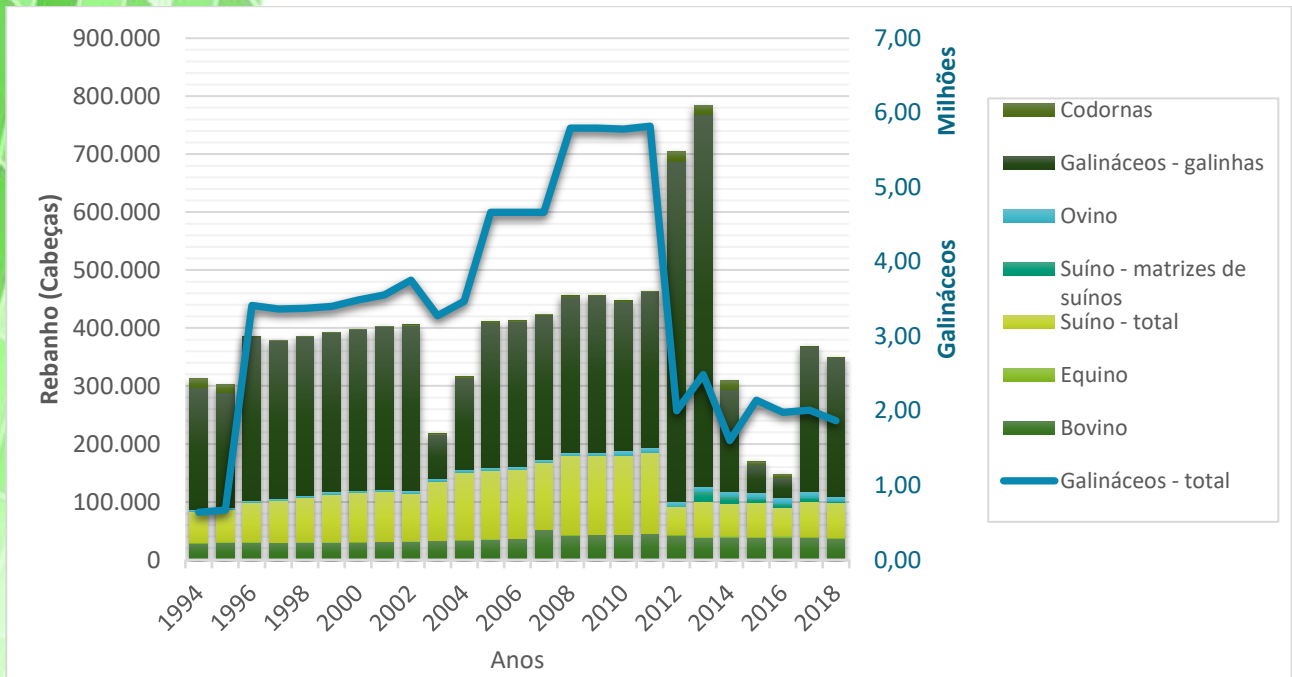
Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, percebe-se na Figura 19 uma tendência de redução dos rebanhos nos últimos anos, principalmente a partir de 2012.

Sob o aspecto de evolução do rebanho, a categoria galináceos⁵ apresentou um acréscimo de 191,92% ao longo do período de 1994 a 2018, passando de 638,92 mil cabeças para 1.865,16 mil. Já na categoria galinhas⁶, ocorreu uma redução de 13,99%, passando de 210,53 mil animais no ano de 1994 para 240 mil em 2018. O rebanho suíno apresentou um crescimento de 11,96% no período analisado, passando de 53,41 mil em 1994 para 59,80 mil cabeças em 2018, atingindo o pico de 139,53 mil cabeças em 2011. O rebanho bovino apresentou um crescimento de 28,46% no período analisado, passando de 28,97 mil em 1994 para 37,22 mil cabeças em 2018.

Figura 19. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1994 - 2018

⁵ Segundo o IBGE, a categoria “galináceos” engloba o total de aves da espécie Gallus gallus (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

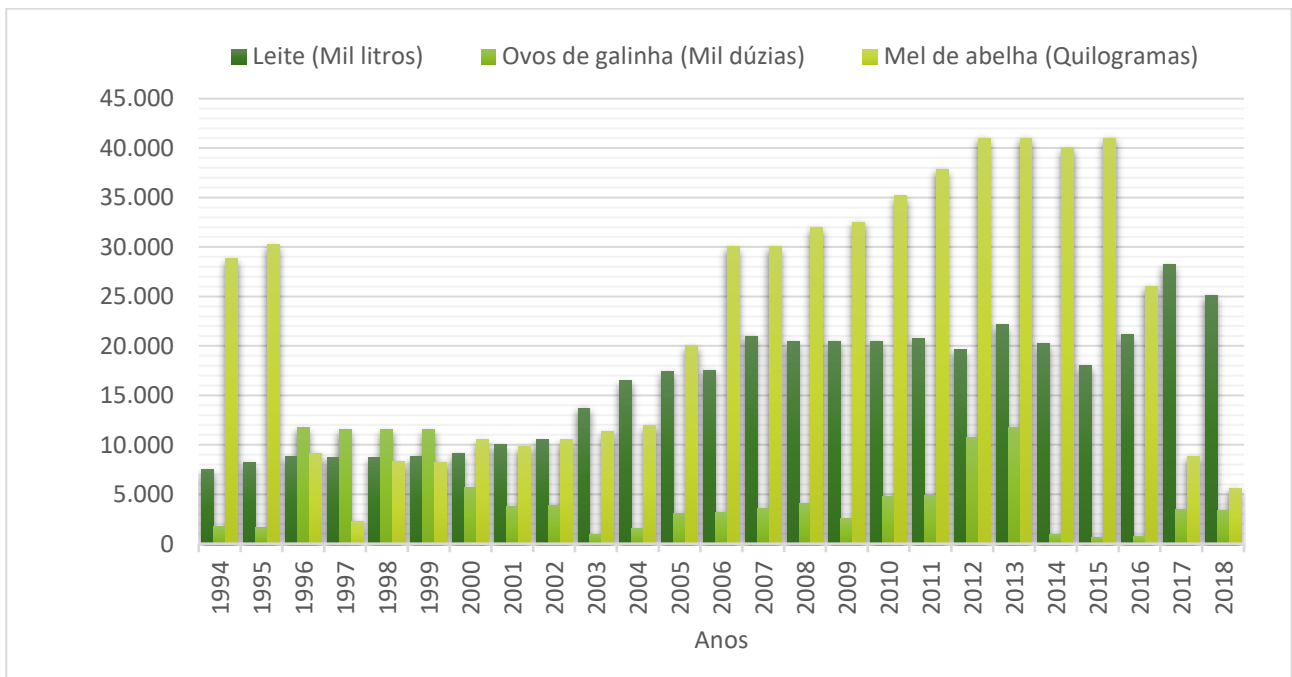
⁶ Segundo o IBGE, a categoria “galinhas” engloba as aves fêmeas da espécie Gallus gallus destinadas à produção de ovos, independentemente do destino da produção (consumo, industrialização ou incubação), incluindo poedeiras e matrizeiras.



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

A partir da Figura 20 é possível observar que em 1994 a produção leiteira comercial no município iniciou uma expansão, alcançando 28,19 milhões e 25,12 milhões de litros de leite em 2017 e 2018, respectivamente.

Figura 20. Produção animal: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

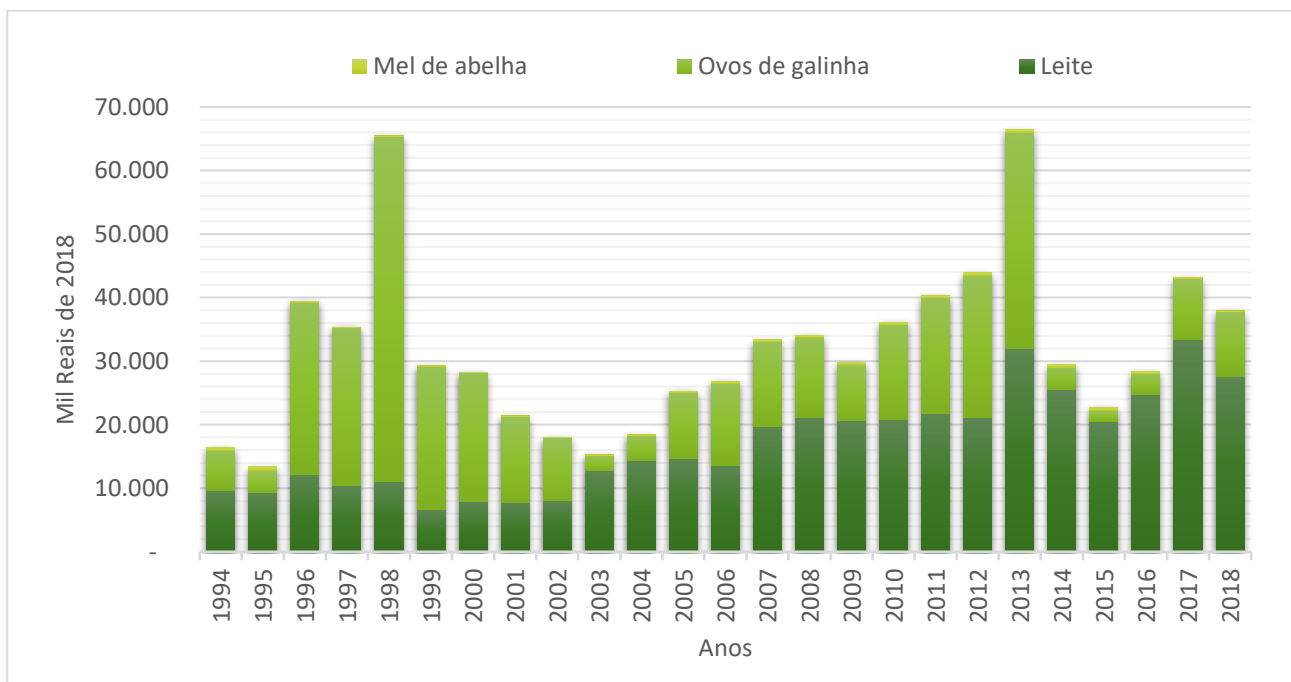
A produção de mel no município apresentou seus maiores valores em 2012, 2013 e 2015, quando alcançou um volume de 41 mil quilos. Essa produção experimentou algumas oscilações e reduções, fechando 2018 com 5,67 mil quilos. A produção de ovos apresentou algumas oscilações e reduções, atingindo o pico em 2013 com 11.784 mil dúzias e passou para 3.396 mil dúzias em 2018.

O valor da produção do rebanho leiteiro, conforme a Figura 21, apresenta uma trajetória de crescimento atingindo valores elevados nos últimos anos, em 2017 de R\$ 33,428 milhões e em 2018 o valor de R\$ 27,638 milhões.

Por sua vez, o valor da produção de ovos reduziu de R\$ 33.991 mil em 2013, maior valor do período, para R\$ 10.187 mil em 2018, apresentando uma retomada nos últimos anos. Já, o valor real da produção de mel passou de R\$ 400 mil em 1994 para R\$ 511 mil em 2013, fechando o período de análise com R\$ 90 mil em 2018.

Apesar da tendência produtiva de baixa para muitos produtos agropecuários, o valor da produção evoluiu de R\$ 16,375 milhões para R\$ 37,915 milhões entre 1994 e 2018, tendo o pico no ano de 2013 quando atingiu o valor de R\$ 66,456 milhões.

Figura 21. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

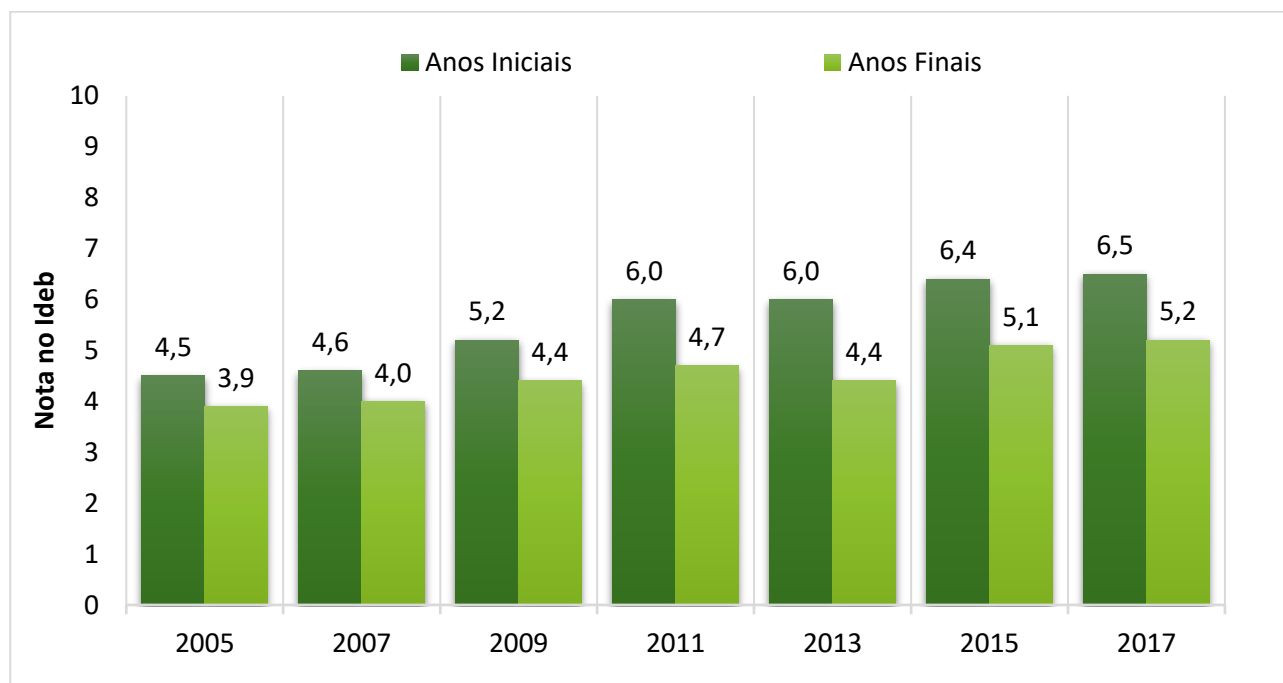
Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2020), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010] foi de 98,4%, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 26.098 matrículas no ensino fundamental e 7.570 no ensino médio.

Em 2018, cerca de 1.519 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 626 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 84 escolas no ensino fundamental e 29 escolas no ensino médio.

Figura 22. IDEB das escolas do município de Chapecó/SC: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE Cidades (2020).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁷ tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 22. Neste sentido, percebe-se que a educação dos anos iniciais evoluiu significativamente até 2017, momento em que atingiu a nota 6,5.

Em relação aos anos finais da educação, nos anos de 2015 e 2017, foram encontrados os índices mais altos (5,1 e 5,2 respectivamente), mas em 2005 e 2007 o desempenho dos alunos do município foi inferior, com nota equivalente a 3,9 e 4,0, respectivamente.

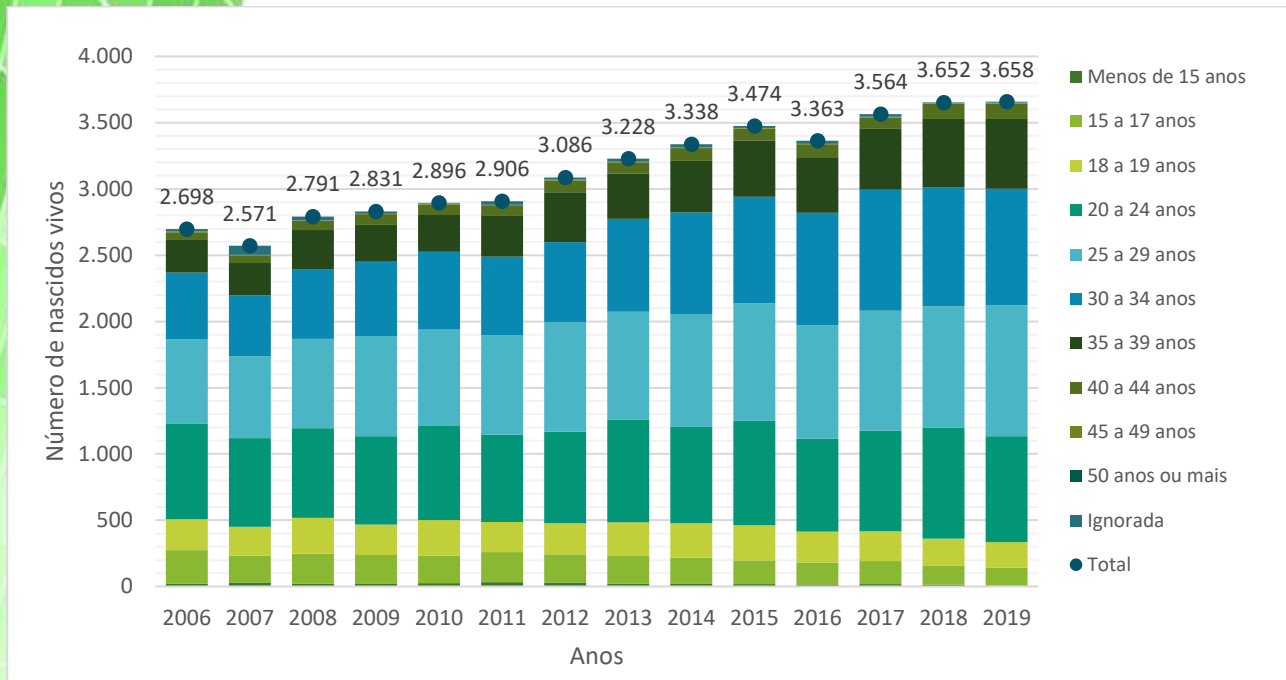
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

De acordo com estatísticas do IBGE (2020), o número de nascimentos no município apresentou tendência de aumento no período analisado, partindo de 2.698 nascidos vivos em 2006 para 3.658 em 2019.

É possível observar que as mães que estão classificadas nas faixas etárias de 25 a 29 e 30 a 34 anos concentram o maior número de partos. Contudo, também é possível observar que, média, são realizados 201 partos em mães com idade entre 15 e 17 anos e 13 partos anuais em mães com idade inferior a 15 anos (Figura 23).

⁷ Este índice varia numa escala de 0 a 10, onde, de acordo com a meta do MEC, o Brasil precisa alcançar até 2021 a média 6 nos anos iniciais do ensino fundamental. O indicador é divulgado a cada dois anos e é calculado com base nos dados do Censo Escolar (com informações enviadas pelas escolas e redes), e médias de desempenho nas avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), como a Prova Brasil.

Figura 23. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Chapecó/SC: 2006 a 2019



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estatísticas do Registro Civil (2020).

A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017 a taxa de mortalidade infantil foi de 11,09 e “A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 11.09 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.2 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 122 de 295 e 235 de 295, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 2866 de 5570 e 4284 de 5570, respectivamente.” (IBGE, 2020).

2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

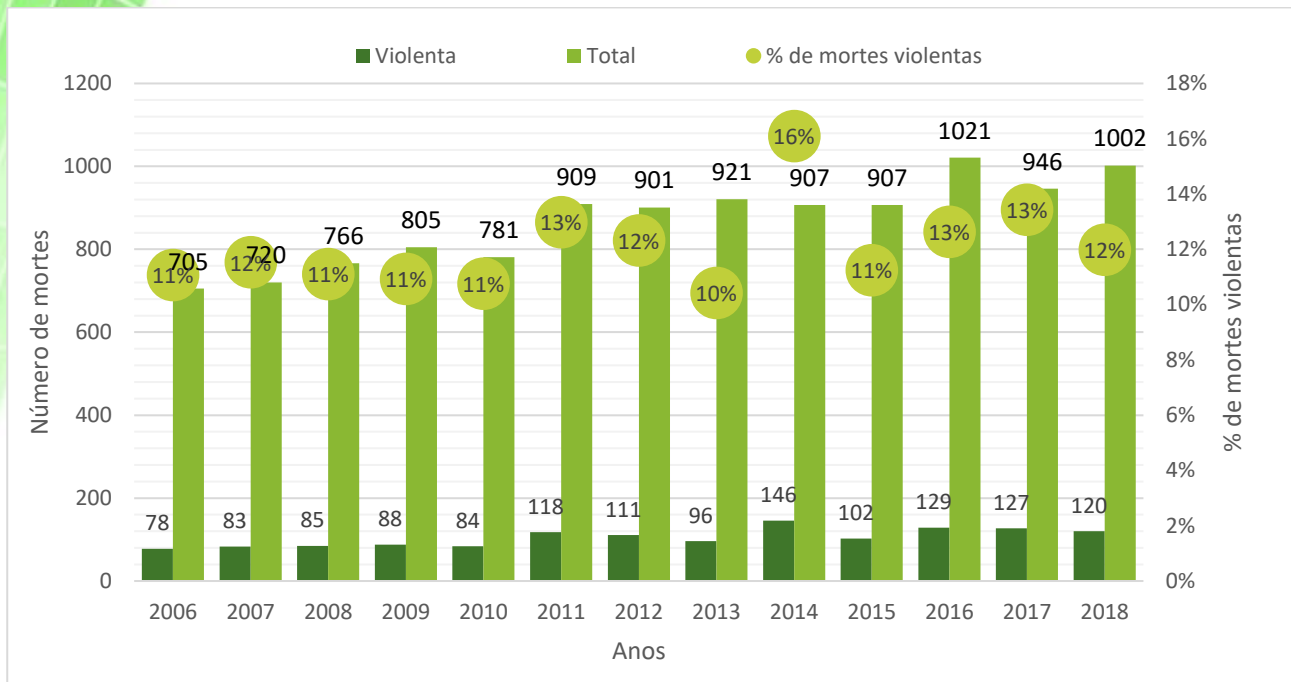
Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o percentual de mortes violentas nos anos de 2006 e 2018 (pontos extremos) foi de 11% e 12%, respectivamente.

Em 2014 chegou a alcançar o patamar mais alto (16%), em contrapartida, em 2013 apresentou o patamar mais baixo (10%).

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2006 com 705 mortes, porém 11% destas foram de forma violenta. Já o maior número de mortes ocorreu no ano de 2016, com 1021 mortes, sendo que 13% destas foram de forma violenta.

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 11.291 óbitos, dos quais 1.367 ocorreram de forma violenta, conforme pode ser observado na Figura 24.

Figura 24. Óbitos, por natureza, em Chapecó/SC: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estatísticas do Registro Civil (2020).

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 12% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes (FIRJAN, 2020).

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos componentes do IFDM

Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

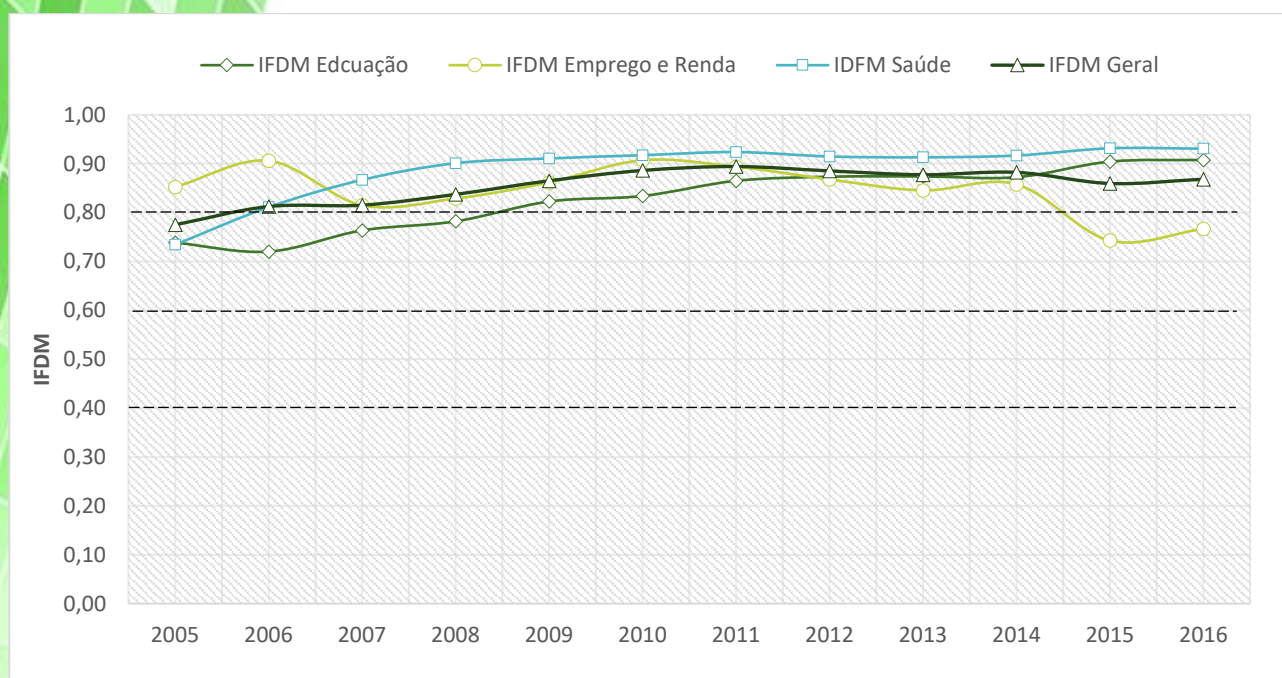
Fonte: Elaboração própria, com base em FIRJAN (2020).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos, conforme o patamar alcançado no IFDM. Neste sentido:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

Neste sentido, de acordo com a Figura 25, a área de saúde foi a que obteve os índices mais elevados no período de 2005 a 2014. A área de educação teve um crescimento maior, tornando-se a maior área a partir de 2014. Por outro lado, a área relativa ao emprego e renda obteve o menor índice no período estudado a partir de 2013, o que reflete as condições de dificuldades da economia local a partir desse período. Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado moderado com um índice médio de 0,8550.

Figura 25. Índice Firjan de desenvolvimento municipal: 2005 - 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em FIRJAN (2020).

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e ao rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que:

Chapecó possui 61,8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 74,3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 29,3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 145 de 295, 56 de 295 e 110 de 295, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1.757 de 5.570, 2.820 de 5.570 e 1.273 de 5.570, respectivamente. (IBGE, 2020).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui cerca de 62.430,80 hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 45.593,36 hectares. Destes, cerca de 9,78% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), 11,36% como Reserva Legal e 74,15% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil Ambiental do Município: fev/2020

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	62.430,80	
Número de imóveis rurais	2.920	
Área total dos imóveis rurais	45.593,36	73,03
Área média:	15,61	
Área mínima/máxima:	0,05 / 1.571,00	
APP	4.460,99	9,78
APP - Recomposição	468,52	1,03
Reserva Legal	5.179,59	11,36
Vegetação Nativa	4.736,51	10,39
Servidão Administrativa	1.992,01	4,37
Área Consolidada	33.806,46	74,15
Banhados	29,48	0,06
Número de Nascentes	754,00	0
Uso Restrito	37,42	0,08
Hidrografia	1.094,89	2,4
Topo de Morro	1	0
Áreas: Não Declarada - Outras	16.837,44	26,97

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

Conforme se observa na Tabela 5, dos 2.920 imóveis rurais, cerca de 55,03% mantém APP, 17,09% declararam ter olho d'água, 56,4% tem reserva legal e 38,6% contam com vegetação nativa.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: fev/2020

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA ¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA ²	% IR com EA ³	% IR sem EA ⁴
APP	1.607	4.929,51	1.313	55,03	44,97
Área Consolidada	2.645	33.806,46	275	90,58	9,42
Banhado	24	29,48	2.896	0,82	99,18
Hidrografia	1.491	937	1.429	51,06	48,94
Nascente olho d'água	499	0	2.421	17,09	82,91
Reserva Legal	1.647	5.179,59	1.273	56,4	43,6
Servidão Administrativa	1.042	1.992,01	1.878	35,68	64,32
Uso Restrito	7	37,42	2.913	0,24	99,76
Vegetação Nativa	1.127	4.736,51	1.793	38,6	61,4
Área topo de morro	-	-			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR – CHAPECÓ					
Número Total de I.R. :	2.920	45.593,36			
Área Total do Município:		62.430,80			
% Área declarada/Área Município:		73,03			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

- ² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;
- ³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;
- ⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

3. CAPITALISMO CONSCIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O futuro de um povo, seja nos contornos de um país, estado ou município está nas mãos de seus cidadãos, de ninguém mais. Nas ações que por eles são eleitas e postas em prática, estão as forças capazes de dar movimento, sair da inércia, de construir uma estrada capaz de promover melhores condições, por mais desafiadoras que possam ser as condições. Essas ações podem se caracterizar por maior complexidade, como participar de um processo eleitoral imbuído de seu dever cívico para com a comunidade, como outras menores, mas não menos importantes, como, por exemplo, colaborar na manutenção da limpeza dos seus espaços sociais. É na interação do privado, o meu, com o público, o nosso, que se encontra o amálgama capaz de efetivamente construir a estrada.

Não há dúvidas de que ações de governos são importantes nesse processo, mas fazendo parte de nós, não como um agente único e responsável unitário pelo desenvolvimento de um povo, mas como um ente interativo, que tem na solidez das relações sociais de sua população a inspiração para liderar o processo. Em resposta, a sociedade, vislumbrando o comprometimento de seus governantes, engaja-se solidariamente em prol do desenvolvimento do seu espaço de convívio.

Melhorar as condições de vida de forma a gerar felicidade é a força que move um povo e, quando não há essa motivação, tem-se a inércia, a incapacidade de ver o futuro. A resposta a esta situação pode emergir da mobilização da sociedade, que, por meio de movimentos de seus integrantes, em pequenos ou grandes grupos, mobiliza os esforços no sentido de alcançar um objetivo comum. No entanto, para que isso se verifique, faz-se necessário o resgate de conceitos que outrora eram comuns nas dinâmicas sociais, a valorização dos aspectos qualitativos em relação aos quantitativos.

Nesse sentido, Raj Sisodia (2019) resgata de Daniel Pink, a ideia de que haja complementação das habilidades que concentram alta tecnologia (*high-tech*) com habilidades de alto conceito e alta sensibilidade (*high touch*). A ideia de alto conceito e sensibilidade envolveria o desenvolvimento de competências para gerar “beleza” emocional que harmonize os indivíduos de modo a perceberem oportunidades. Apoiados em ambientes positivos, esses indivíduos articulariam ideias que muitas vezes poderiam nem estar relacionadas, mas, uma vez articuladas, resultam em situações para além do imaginado.

Raj (2019), debruçado sobre as ideias de Pink (2005), destaca que ainda hoje a percepção hegemônica à continuidade dos negócios passa por um certame de números, cujo modelo esgota-se paulatinamente, abrindo espaço para um ambiente onde os aspectos qualitativos ganharão mais espaço nos contextos empresariais. Cita o amor como, quiçá, o mais poderoso dos fatores qualitativos, que tornam empresas mais humanizadas, sendo “... um profundo, sensível, inefável sentimento de afeto que ocorre da empresa para o stakeholder e de volta para a empresa (p.7)”. Raj percorre diversos autores, como James Autry (*Love and Profit*) e Kevin Robert (*Lovermarks: O futuro além das marcas*), os quais são unânimes no destaque do amor como elemento de sucesso para “empresas humanizadas”. Porém, dentre esses, destacamos Tim Sanders (*O Amor é a Melhor Estratégia: uma nova visão de sucesso e Realização Profissional*) no qual Raj Sisodia sublinha trecho da obra em que Sanders afirma não encontrar nada mais alteroso do que o amor, tendo inclusive dificuldade de conceituá-lo, mas sintetizando como “**promoção altruísta do crescimento do outro**”.

Raj, ao citar Kevin Robert (2005), destaca um trecho de seu livro, na página 49, o qual nos salta aos olhos, quando Robert diz “... O amor é sempre uma mão dupla”. John Mackey (2018), ao tratar da empresa que fundou, a “*Safer Way*”, afirma que a lição de maior significado foi a de que “... as empresas não se baseiam em exploração ou coerção, mas em cooperação e trocas voluntárias. As pessoas fazem negócios voluntariamente, a fim de obter ganho mútuo.”

Raj (2019) sintetiza essa nova proposta paradigmática cunhando a expressão “*firms of endearment*”, ou firma humanizada, que, de forma resumida, trata-se de uma empresa cujas relações com os *stakeholders* se baseia no afeto, e nas quais os interesses de todos são alinhados estrategicamente. Não há benefício em detrimento de outros e a prosperidade alcança a todos, afastando-se do que Mackey (2018, p.17) citará como “jogo de soma zero”, no qual para alguém ganhar, outro terá que perder. Mackey (2018) destaca que essa concepção da soma zero gera indícios de anomalias e ódio no ambiente corporativo, sendo que, nos Estados Unidos, foi verificada uma redução do comprometimento dos colaboradores das empresas de 30% nos últimos 10 anos, sendo que a maioria apresentava hostilidades em relação aos seus empregadores. Mackey (2018) aponta a disparidade de ganhos entre os CEOs das empresas em

relação ao salário médio pago, que, em 1980, era 42 vezes maior e, em 2000, chegou a 525 vezes mais que o salário médio pago pelas empresas. Ou seja, jogo de soma zero.

Raj concluirá, sob o aspecto das *firms of endearment*, que nenhum dos *stakeholders* deverá se favorecer em agravo a qualquer outro, sendo que cada um dos membros florescerá juntamente com os demais. A preocupação das partes com o crescimento dos demais criará um ambiente afetuoso e de lealdade a partir do atendimento de deficiências fisiológicas e psicológicas dos *stakeholders*. O autor sublinha que empresas humanizadas (*firms of endearment*) dedicam-se à ideia de *share of heart* (fatia do amor), que preconiza ocupar espaços no coração do cliente, resultando em maior espaço da participação mercadológica. Lembra, também, que essa relação se dá com os empregados, nas quais a retribuição se dará naturalmente no empenho produtivo. *Share of heart* pode e deve ser praticado com fornecedores e com as comunidades, as quais a empresa esteja envolvida, de tal forma que sintam orgulho de tê-la em seu meio. Por fim, é destacada a visão dos acionistas de empresas humanizadas, na qual o lucro é importante, mas a satisfação moral e emocional de fazer parte daquele empreendimento com significado social também é considerada uma forma de remuneração.

É bom que se destaque que Raj, em momento nenhum, desconsidera a importância da boa gestão das empresas, pois, como afirma, “... nenhuma correção moral pode salvar uma empresa mal gerida.” No entanto, empresas que desfrutam do amor daqueles aos quais suas operações alcançam tendem a ser mais perenes. O autor cataloga uma série de valores de empresas humanizadas, como a subscrição de valores que vão além do simples ganho de dinheiro, alinhando-se aos interesses de todos os *stakeholders*, abraçando-os como sendo orgânico dela própria. Cremos que o resumo das considerações do autor poderia se dar em um de seus argumentos (p.12), pois afirma que, em relação às empresas humanizadas, “... a sua cultura corporativa é o seu maior patrimônio e principal fonte de vantagens competitiva”.

Nosso objetivo aqui não é esgotar os aspectos das empresas humanizadas, mas apresentá-las de forma a clarearmos a sua ligação com as comunidades as quais estão inseridas e os aspectos desse relacionamento com o desenvolvimento delas. Nesse sentido, é esclarecedor citarmos os cinco principais *stakeholders* apresentado por Raj, lembrando que não há uma ordem de importância: Clientes, tanto os individuais como os organizacionais; empregados atuais, futuros, passados e

suas estruturas familiares; investidores individuais, institucionais e credores; parceiros a montante, como fornecedores, horizontais e a jusante; e, por fim, a sociedade. Deixamos a sociedade por último (o autor trata dela em primeiro), tendo em vista que nosso propósito é o desenvolvimento das comunidades.

Quanto à sociedade, Raj enumera as comunidades locais e mais amplas, bem como governos e demais instituições sociais e meio ambiente. Lembra que, nesse modelo, que denomina pelo acrônimo de SPICE (iniciais de cada um dos *stakeholders*: sociedade, parceiros, investidores, clientes e empregados)⁸, há uma série de relações que devem ser orientadas por um fluxo bidirecional de valores e alinham-se de interesses de todas as partes, sendo essa o âmago de uma administração exitosa. Sublinha ainda que “... é a maneira de maximizar o retorno para a sociedade de todos os investimentos que fluem para todas as organizações. É o estilo das empresas humanizadas”.

Parece-nos lógico que a extrapolação dos conceitos e dinâmicas das empresas humanizadas serve-nos à discussão e reflexão de um processo de desenvolvimento de aglomerados sociais e, por consequência, das pessoas que as integram. **Não há como se pensar em desenvolvimento de um município sem que se passe pelo desenvolvimento de cada um de seus integrantes sociais.** Não é possível que uma empresa cresça em um mar de desigualdades, de alijamento de bem estar por parte de seus integrantes. Não queremos dizer com isso que as empresas não devam ter lucro, mas, como destaca Mackey (2018, p.19), os empresários buscam lucro como um objetivo relevante. No entanto, não é somente isso que move esses empreendedores, eles também são impulsionados por paixão, sonhos e por acreditar no que fazem, o que, somado à boa gestão, é capaz de criar valor para todas as partes envolvidas.

Então, pensar em desenvolvimento é pensar em crescimento sustentável para todos os integrantes sociais e, para isso, adaptando o pensamento de Raj quanto à interação das empresas

⁸ Também significa tempero (*spice*-inglês), embora o autor não tenha explicitado, leva-nos a pensar como elementos de uma receita cujo produto venha a ser algo exitoso e saboroso, como deve ser o desenvolvimento de uma comunidade.

humanizadas com a sociedade, se faz necessário o encorajamento e o envolvimento dos *stakeholders* no cuidado com a comunidade na qual estão inseridos, ampliando para dimensões mais externas. Esse engajamento resultará no aumento da competitividade, gerando maiores resultados que poderão ser acessados por todos os segmentos sociais, sem perder o foco na sustentabilidade ambiental, pois esse é um recurso público, não sendo correto a sua degradação em prol de quem quer que seja, mesmo que temporalmente (gerações futuras).

A cooperação entre o público e o privado pode gerar uma sinergia tal que, se bem articulada, pode gerar oportunidades empreendedoras. O entendimento do compromisso de um empreendimento para com o local onde está ou irá se instalar é fundamental para o sucesso da empresa e da sociedade. RAJ (2019, p. 178) serve-nos o caso da Toyota, cuja importância de honrar o espírito das leis encontra-se em um patamar superior ao mero cumprimento da lei, tendo na cláusula primeira de seus princípios orientadores o seguinte: “Honrar a linguagem e o espírito da lei de cada nação e realizar atividades sociais abertas e justas para ser um bom **cidadão corporativo** do mundo”. O autor destaca que cada vez mais as empresas serão cobradas por comportamentos mais sociais, na medida em que a sociedade se torne “... mais focada no ser do que no ter”.

É com esse enfoque que a Sicredi Região da Produção RS/SC/MG se engaja, juntamente com as comunidades onde atua, no processo de desenvolvimento coletivo local e regional, para o qual, em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o município apresenta determinado potencial para o desenvolvimento de atividades econômicas. Neste sentido, o presente relatório não se propõe a esgotar a questão, mas, pelo contrário, a introduzir e favorecer o processo reflexivo sobre as questões associadas ao desenvolvimento e qualidade de vida.

Neste contexto, em todas as situações a organização social, o empreendedorismo e a implementação de programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócio e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados pode ser importante.

Desenvolvimento econômico não é produto, por isso não pode ser dado, comprado, entregue ou recebido. Pelo contrário, é um processo de transformação e por isso as entidades da sociedade devem promover um debate ininterrupto para identificar potencialidades a serem aproveitadas, fraquezas a serem superadas e fortalecer a ação coletiva.

Neste contexto, com o intuito de contribuir com o processo reflexivo, destacam-se as seguintes ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas locais:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes no local.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;

- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;
- g. Nos casos em que não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já estão em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por Universidades, Institutos Federais e Escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento é uma responsabilidade de todos e que sempre existirá uma possibilidade para inovar, empreender ou melhorar o ambiente de negócios em nível local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.
- FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em nov/2019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2020. Acesso em mai/2020.
- MACKEY, J.; SISODIA, R. **Capitalismo consciente**: como libertar o espírito heroico dos negócios. Rio de Janeiro. Alta Books. 2018.
- MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho
- PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: mai/2020.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ (SC). Prefeitura. **Inicial**. 2020. Disponível em: <https://www.chapeco.sc.gov.br/inicial>. Acesso em: mai/2020.
- SISODIA, R.; HENRY, T.; ECKSCHMIDT, T. **Capitalismo consciente**: guia prático. Curitiba. Voo. 2018. 432 p.
- SISODIA, R.; WOLFE, D.B.; SHETH, J. **Empresas humanizadas**: Pessoas, propósito, performance. Rio de Janeiro. Alta Books. 2019. 368 p.
- UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão o Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2020.